



DESIGUALDADES SOCIAIS

“Desigualdade em Portugal”, um estudo da FFMS

Carlos Farinha Rodrigues [Coordenador]

Rita Figueiras

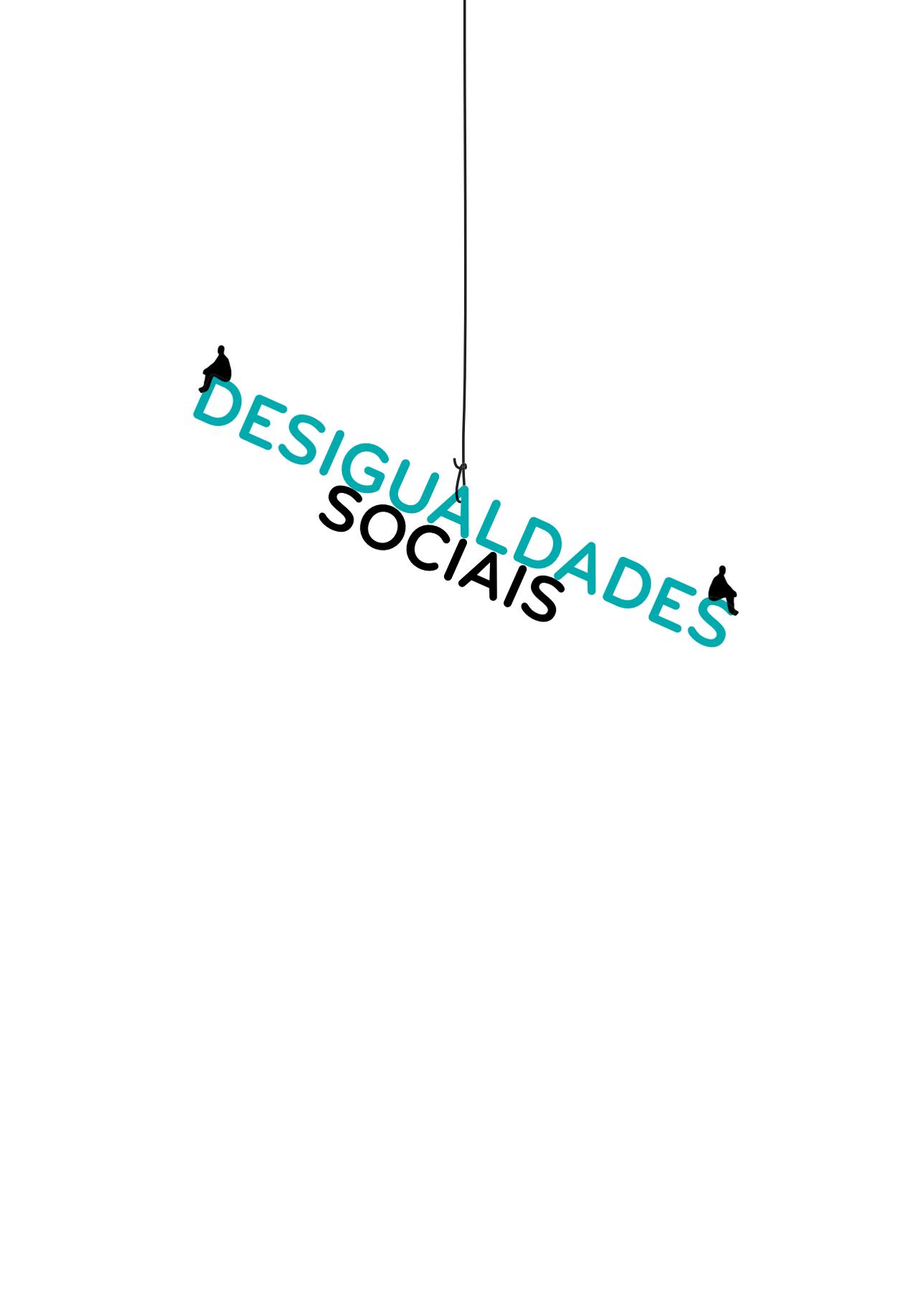
Vítor Junqueira

Conclusões Preliminares

6 de Maio 2011

www.ffms.pt

**FUNDAÇÃO**
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



DESIGUALDADES
SOCIAIS

Este texto constitui o sumário executivo do Projecto “Desigualdades em Portugal” realizado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) para a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Os autores agradecem ao Instituto Nacional de Estatística e ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social o acesso às bases de dados anonimizadas do Painel Europeu dos Agregados Familiares (PEADP/ECHP), do Inquérito às condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC) e dos Quadros de Pessoal.

As opiniões expressas neste sumário executivo são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Desigualdade em Portugal

Carlos Farinha Rodrigues [Coordenador]

Rita Figueiras

Vítor Junqueira

Índice

- 7 **Introdução**
- 8 **Portugal: um país desigual**
- 19 **Evolução recente da desigualdade em Portugal**
- 37 **Os factores explicativos da evolução da desigualdade familiar**
- 53 **Impacto dos benefícios sociais e dos impostos sobre a distribuição do rendimento e a desigualdade**
- 55 **Notas Finais**

Introdução

A publicação anual pelo Eurostat e pelo INE de indicadores de desigualdade na distribuição pessoal do rendimento em Portugal, e a sua comparação com os dos restantes países da União Europeia (UE), suscita habitualmente um conjunto de declarações públicas e de artigos de opinião em que de forma quase unânime se lamenta e condena a posição de Portugal como um dos países com maiores índices de desigualdade económica na UE. Contudo, raramente essa indignação perante a desigualdade apresentada se traduz numa avaliação aprofundada das características dessa situação, dos seus principais determinantes e de uma correcta apreciação da sua evolução ao longo do tempo.

O objectivo deste estudo é o de tentar identificar algumas das principais características da desigualdade económica em Portugal, designadamente quais os sectores da sociedade mais afectados pelas alterações na distribuição dos rendimentos, quais as fontes de rendimentos que mais contribuem para a desigualdade e quais as principais tendências ocorridas nas últimas décadas em Portugal.

Ainda que a análise da distribuição do rendimento disponível das famílias constitua o corpo central para a tipificação das desigualdades económicas em Portugal, procederemos também ao estudo da desigualdade salarial. Constituindo os rendimentos de trabalho a principal componente dos rendimentos pessoais e, em simultâneo, uma das componentes que tradicionalmente evidenciam maior assimetria, a sua

observação revela-se fundamental para consolidar a análise do processo de formação e redistribuição dos rendimentos familiares.

Embora o estudo das desigualdades económicas seja importante em si mesmo, ele ganha uma relevância acrescida se for interpretado como um elemento estruturante da análise das condições de vida dos indivíduos e das famílias, como uma componente essencial na determinação do nível do bem-estar do conjunto da população e mesmo como uma informação indispensável para aferir dos direitos de cidadania de um povo. Assim, embora as desigualdades económicas constituam o centro deste trabalho, não deixaremos de abordar as questões relacionadas com as condições de vida, o bem-estar social e a pobreza económica naquilo em que estas diferentes questões são influenciadas, ou mesmo determinadas, pela distribuição dos rendimentos.

O problema das desigualdades económicas não é exclusivamente, nem essencialmente, um problema de dispersão estatística dos diversos tipos de rendimentos. As desigualdades económicas caracterizam o tipo de desenvolvimento de cada país e alteram-se em função desse mesmo nível de desenvolvimento. Assim, não faria sentido apresentar os dados sobre a desigualdade em Portugal sem os confrontar com os registados nos outros países da União Europeia, onde o nosso país está inserido.

Portugal: um país desigual

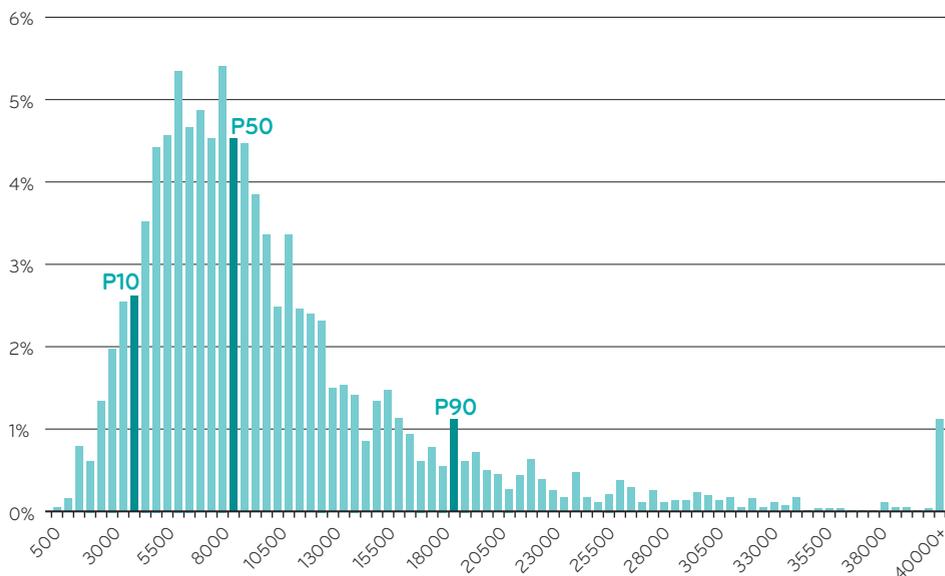
De acordo com os dados do último “ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento” realizado pelo INE em 2009, o rendimento médio disponível das famílias portuguesas referente ao ano de 2008 era, em termos líquidos, de 18 500 euros por ano, cerca de 1 542 euros mensais.

No mesmo ano, o rendimento por adulto equivalente, isto é, o rendimento das famílias corrigido pela sua dimensão e composição, era de 10 390 euros por ano, cerca de 866 euros por mês.

A distribuição do rendimento equivalente encontra-se representada no Gráfico 1, no qual se quantifica a percentagem de indivíduos que constituem cada escalão do rendimento.

Gráfico 1

Percentagem de indivíduos por escalões de rendimento disponível anual, Portugal, 2008



Fonte: INE – ICOR 2009 (Cálculos dos autores)

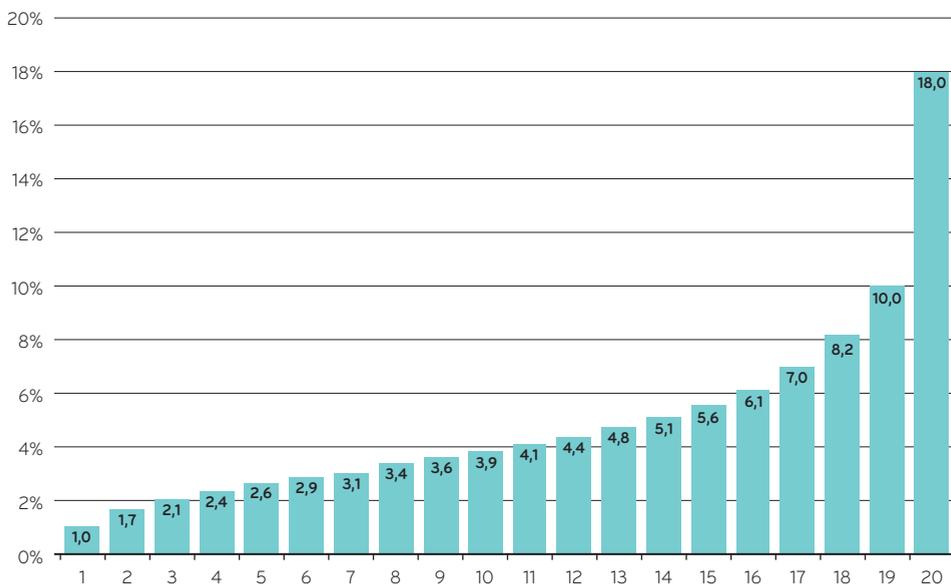
Nota: valores monetários em euros/ano

Da configuração do gráfico ressalta de forma clara a concentração da população nos primeiros escalões ou, por oposição, a maior dispersão nos rendimentos mais altos. A extensa aba direita do gráfico evidencia inequivocamente a assimetria da distribuição, com 90% da população auferindo menos de 18,5 mil euros e cerca de 1,1% da população com rendimentos por adulto equivalente superiores a 40 mil euros.

O gráfico seguinte evidencia também a distribuição desigual do rendimento por adulto equivalente entre a população portuguesa. Neste gráfico, apresenta-se a parte do rendimento total auferida por cada um dos vintis da população, ordenados pelo rendimento.

Gráfico 2

Proporção do rendimento disponível por adulto equivalente auferido por cada vintil da população, Portugal, 2008



Fonte: INE – ICOR 2009 (Cálculos dos autores)

Os 5% da população com menor rendimento auferem cerca de 1% do rendimento total e os 10% da população mais pobre recebem somente 2,7% do rendimento existente. No outro extremo da população, os 5% mais ricos¹ detêm 18% da totalidade do rendimento por adulto equivalente gerado na sociedade.

O Gráfico 2 permite-nos igualmente observar a distância que se para a proporção do rendimento auferido pelos diferentes percentis da distribuição do rendimento por adulto equivalente. Por exemplo, os 5% mais ricos da população ganham 18 vezes mais rendimento do que os 5% mais pobres. De igual forma, o rendimento dos 20% de indivíduos

¹ Com frequência, e por simplificação de linguagem, fazemos referência a indivíduos "mais ricos" ou "mais pobres". No entanto, convém aqui salientar que para esta caracterização temos apenas por base os rendimentos das famílias e não os seus activos patrimoniais. Ou seja, por "mais ricos" (ou "mais pobres") entendemos aqui os indivíduos com maiores rendimentos anuais (ou menores).

de maiores rendimentos é cerca de seis vezes superior ao detido pelos 20% de menores rendimentos.

A comparação da proporção do rendimento ("share", na literatura anglo-saxónica) das diferentes partes da distribuição está na origem de indicadores muito simples e muito intuitivos da desigualdade. Estes índices, baseados no rácio entre os *shares* de diferentes percentis da distribuição, estão hoje igualmente consagrados nos indicadores utilizados na União Europeia para comparar o nível de desigualdade dos vários países membros, em particular o que relaciona a *share* dos dois primeiros decis com a proporção do rendimento total auferido pelos 20% mais ricos (S80/S20).

Apesar da facilidade de construção e de interpretação que os indicadores atrás apresentados evidenciam, eles podem ser criticados por não reflectirem a desigualdade existente entre todas as partes da distribuição dos rendimentos. Por exemplo, duas distribuições de rendimento com o mesmo rácio S80/S20 podem ter comportamentos significativamente diferentes entre os percentis 20 e 80. A consideração de indicadores de desigualdade que reflectam as assimetrias ocorridas no conjunto da distribuição torna-se assim necessária. Um dos mais frequentes é o índice de Gini². Na distribuição de rendimento em Portugal, no ano de 2008, este índice assume um valor de 35,4%, o que traduz um nível de desigualdade extremamente elevado no quadro dos países europeus.

O rendimento disponível das famílias resulta da agregação de diferentes fontes de rendimentos em que a parte dos rendimentos de trabalho ocupa um peso muito significativo. Ainda de acordo com o ICOR 2009, os rendimentos salariais representavam 69,4% do rendimento disponível das famílias portuguesas. Justifica-se, assim, complementar o estudo da desigualdade na distribuição dos rendimentos familiares tomando em consideração as disparidades salariais, na medida em que estas influenciam a desigualdade do conjunto dos rendimentos.

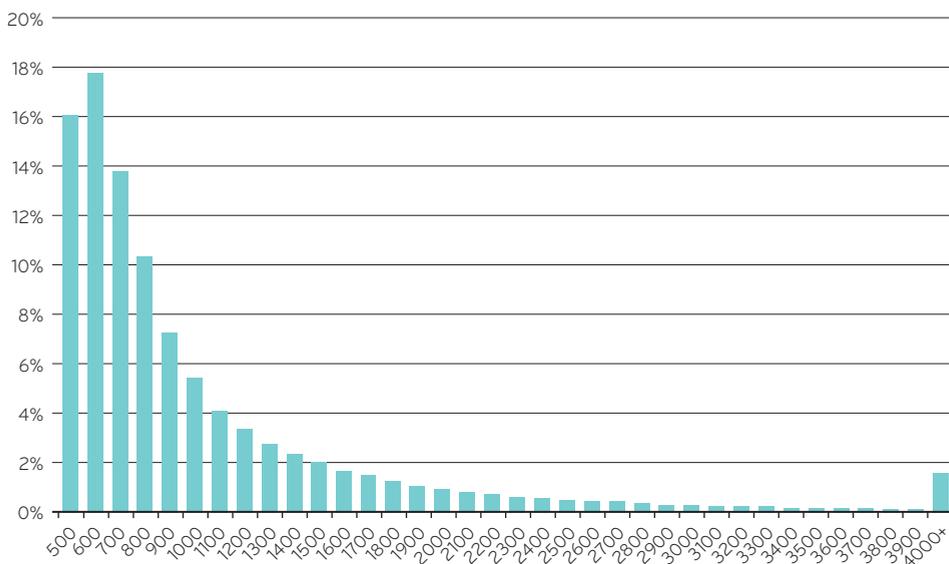
² O Índice de Gini é a medida de desigualdade mais frequentemente utilizada para medir a assimetria na distribuição do rendimento. Este índice assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 1 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo). Quanto maior o valor assumido pelo índice, maior o nível de desigualdade existente.

A utilização dos dados administrativos dos Quadros de Pessoal (QP) viabiliza o aprofundamento do estudo anterior sobre a desigualdade através da observação da desigualdade salarial. A consideração do ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa como variável central de análise permite uma maior proximidade entre o conceito de rendimento salarial e o rendimento disponível das famílias anteriormente analisado, o que não aconteceria se tomássemos em consideração outra variável, como, por exemplo, a remuneração-base.

De acordo com os QP em 2008, o ganho médio mensal dos trabalhadores era de 1008 euros. Nesse mesmo ano, o ganho mediano era de cerca de 722 euros, sugerindo desde logo uma forte assimetria na distribuição dos rendimentos salariais.

Essa assimetria pode facilmente ser confirmada pela observação do Gráfico 3, onde se apresenta, para cada escalão do ganho, a percentagem de indivíduos aí presentes.

Gráfico 3
Distribuição dos trabalhadores por escalões do ganho mensal, Portugal, 2008



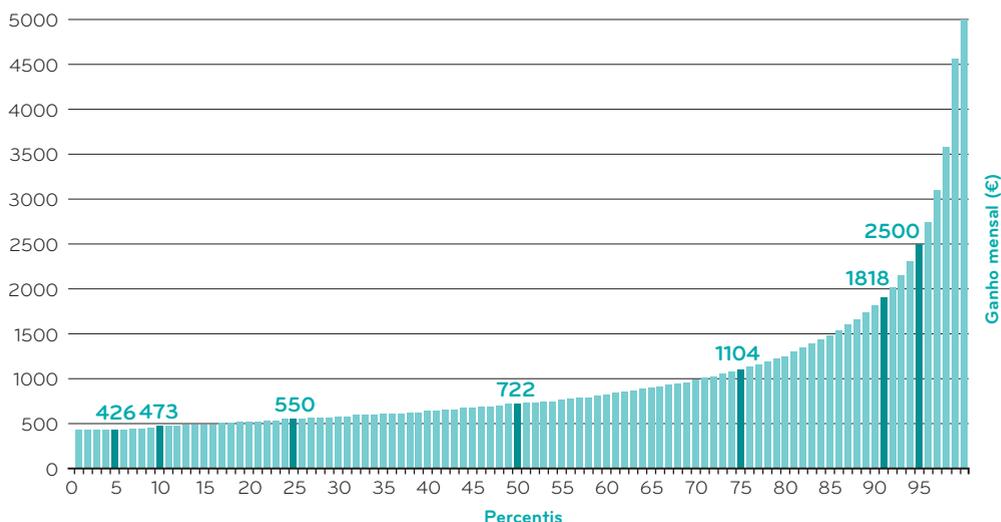
Fonte: Quadros de Pessoal, MTSS/GEP 2008 (Cálculos dos autores)

Nota: valores monetários em euros/mês

O gráfico anterior confirma que estamos perante uma distribuição do ganho profundamente assimétrica, com uma grande concentração de trabalhadores nos escalões das remunerações mais baixas.

Uma leitura complementar da distribuição dos ganhos salariais é-nos proporcionada pelo gráfico seguinte, onde se apresentam os percentis da distribuição do ganho.

Gráfico 4
Ganho mensal em cada percentil da distribuição, Portugal, 2008



Fonte: Quadros de Pessoal, MTSS/GEP 2008 (Cálculos dos autores)

Nota: valores monetários em euros/mês

Uma primeira observação prende-se com a aba esquerda do gráfico, onde os cinco percentis iniciais são constituídos essencialmente por indivíduos que auferiam um valor igual ou inferior ao salário mínimo (426 euros). Por outro lado, e considerando o extremo oposto da distribuição, verifica-se que somente cerca de 5% dos trabalhadores apresentam um ganho superior a 2500 euros/mês e 1% dos trabalhadores auferem um rendimento superior a 5000 euros/mês³.

³ Note-se que o eixo vertical do gráfico foi truncado num valor correspondente a 5000 euros/mês. O valor do último percentil é muito superior.

O índice de Gini da distribuição do ganho é de 34,7%, valor muito próximo do alcançado com os rendimentos familiares. Esta proximidade traduz, porém, realidades diferentes na medida em que o índice de Gini da distribuição do ganho revela a assimetria de uma fonte de rendimento relativamente homogénea e, por outro lado, na medida em que se trata de ganhos brutos, não contempla o efeito equalizador dos impostos.

Embora o fenómeno da pobreza, dada a sua natureza multidimensional, extravase em muito o âmbito das desigualdades, os dois fenómenos estão profundamente interligados. A associação entre pobreza monetária e desigualdade económica surge ainda mais vincada no contexto europeu, onde o indicador-base de pobreza seleccionado – a taxa de pobreza do rendimento monetário – está fortemente associado às assimetrias que se verificam na parte inferior da distribuição do rendimento. Uma vez que a taxa de risco de pobreza traduz a proporção da população com rendimentos inferiores a 60% do rendimento mediano por adulto equivalente, a sua leitura não pode ser dissociada da distribuição dos rendimentos mais baixos e do próprio nível de desigualdade existente.

O limiar de pobreza correspondia, em 2008, a um rendimento por adulto equivalente de 4969 euros/ano (cerca de 414 euros/mês). No caso de uma família composta por dois adultos e duas crianças, esse valor ascendia a 10 435 euros/ano (870 euros mensais). A taxa de incidência da pobreza era de 17,9%.

Os indicadores atrás apresentados quanto à desigualdade familiar e à pobreza foram construídos tendo como base o rendimento monetário das famílias. No entanto, ao avaliarmos o rendimento das famílias, geralmente consideramos que este constitui um indicador para os recursos de que dispõe e para as condições de vida que pode auferir. Neste contexto, ganha particular relevância a consideração ou não dos rendimentos não monetários das famílias.

A importância relativa do rendimento não monetário varia de país para país, sendo tradicionalmente maior nos países do Sul da Europa.

Em Portugal, e tomando como referência os dados do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF 2005-2006), os rendimentos não monetários representavam cerca de 20% do total dos recursos das famílias. Constitui assim uma parcela indiscutivelmente significativa dos rendimentos familiares, que deve ser tida em conta na análise da desigualdade. Dependendo da natureza dos rendimentos não monetários e dos sectores da população que os recebem, estes rendimentos podem exercer um efeito mitigador ou agravador das desigualdades e da pobreza.

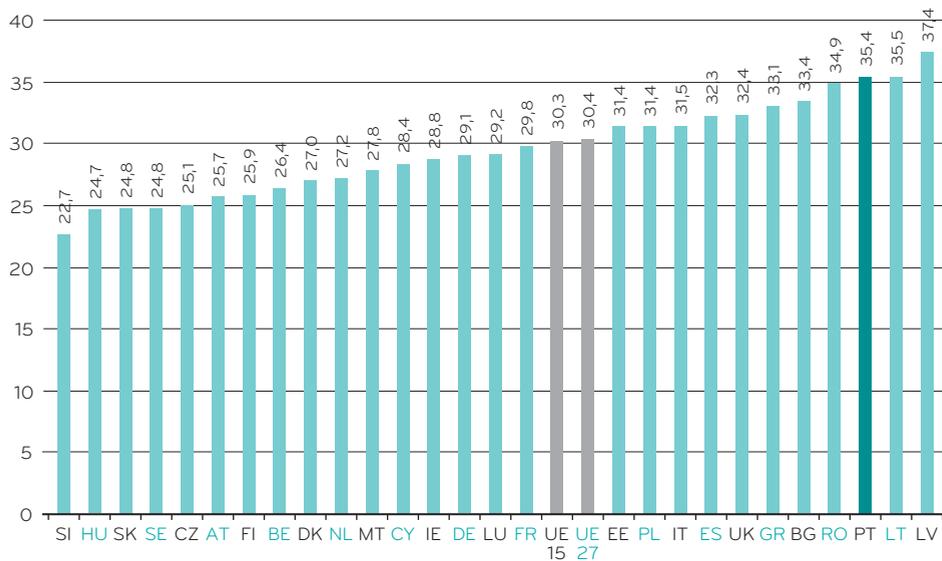
Tomando como referência os valores do IDEF 2005-2006 para o ano de 2005, a consideração dos rendimentos não monetários traduz-se num acréscimo de cerca de 23% do rendimento equivalente das famílias, numa redução do índice de Gini de cerca de três pontos percentuais e numa diminuição da taxa de pobreza superior a dois pontos percentuais, passando de 18,6% para 16,4%.

Estes resultados evidenciam a importância de se considerar todos os rendimentos das famílias e mostram que a não consideração dos rendimentos não monetários conduz a uma sobrestimação dos níveis de desigualdade e de pobreza. O aprofundamento das potencialidades do ICOR como instrumento privilegiado para aferir das condições de vida das famílias e dos seus níveis de pobreza passam, também, pela melhoria da inquirição de todos os recursos familiares e pela construção de indicadores que reflectam a diversidade de recursos das famílias e dos indivíduos.

Os dados até ao momento apresentados permitem evidenciar e quantificar o nível de desigualdade económica existente em Portugal. No entanto, a "fotografia" da desigualdade que os números revelam apenas adquire os seus verdadeiros contornos quando confrontada com a desigualdade ocorrida nos restantes países com níveis de desenvolvimento semelhante, em particular com a registada nos outros países membros da União Europeia.

Os dois gráficos seguintes ilustram o papel relativo de Portugal quanto à desigualdade familiar e à pobreza monetária no quadro da UE.

Gráfico 5
Índice de Gini, UE, 2008



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2009

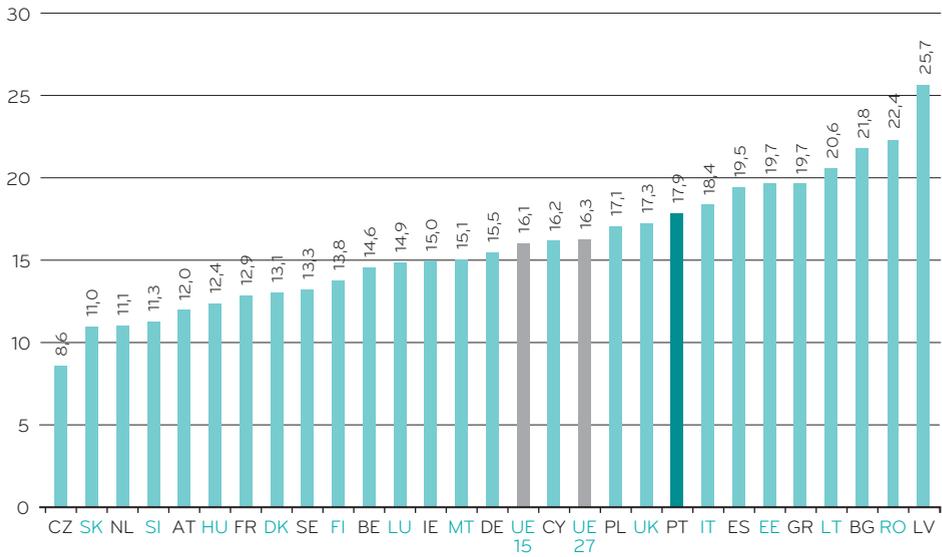
O Gráfico 5 ilustra o nível de desigualdade, medido pelo índice de Gini, para os vários países da UE em 2008. Portugal é o terceiro país com maior nível de desigualdade na UE, apenas suplantado pela Letónia e pela Lituânia. O índice de Gini assume um valor de 35,4%, bem acima da média da UE (30,4%). Se em vez do índice de Gini utilizarmos o indicador S80/S20, a posição relativa de Portugal não se altera. O rácio entre a proporção do rendimento auferido pelos 20% mais ricos e os 20% mais pobres é de 6,3, enquanto a média da UE é de 4,9.

Qualquer que seja o indicador de desigualdade dos rendimentos monetários seleccionado, é inequívoco que Portugal surge como um dos países mais desiguais da União Europeia.

No que concerne ao indicador de incidência de pobreza, a situação não é tão extremada. Em 2008, a taxa de pobreza era de 17,9%, acima da média europeia (16,3%), mas abaixo de países como a Itália, a Espanha, a Estónia, a Grécia, a Lituânia, a Bulgária, a Roménia e a Letónia.

Gráfico 6

Incidência de pobreza, UE, 2008



Fonte: Eurostat, EU-SILC 2009

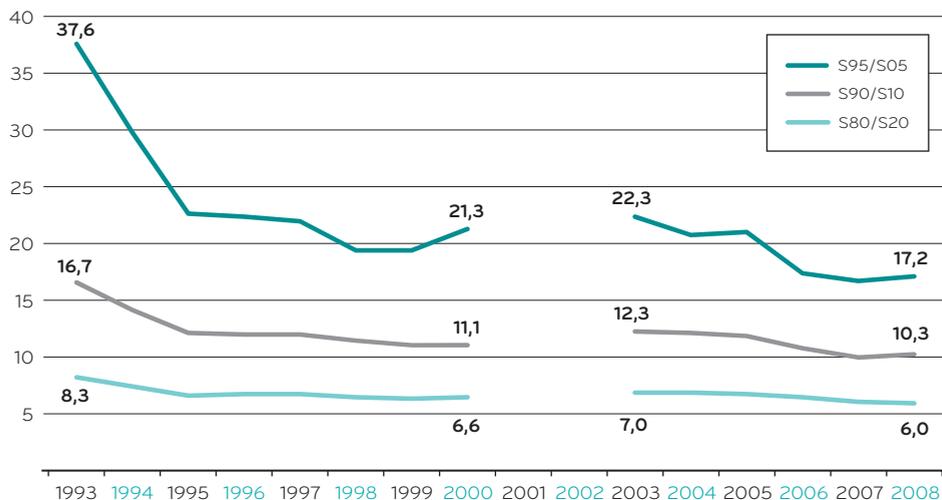
Evolução recente da desigualdade em Portugal

Até ao momento, a análise encetada da desigualdade económica baseou-se na informação mais recente existente e teve como preocupação central apresentar os dados mais actuais da assimetria na distribuição dos recursos familiares. No entanto, essa imagem de um país profundamente desigual em termos europeus ficaria decerto incompleta se não reflectíssemos na evolução dessa mesma desigualdade e não identificássemos o caminho percorrido ao longo dos anos, que constitui por certo um elemento importante na compreensão das desigualdades presentes.

A análise da evolução da desigualdade desde meados dos anos 90 até à actualidade pode ser feita de forma integrada, utilizando as metodologias que são hoje padrão na União Europeia, com recurso aos microdados do Painel Europeu dos Agregados Familiares (PEADP/ECHP), de 1994 a 2001, e do Inquérito às condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC), de 2004 a 2009.

Uma primeira abordagem da evolução das desigualdades familiares entre 1993 e 2008 é revelada pelo Gráfico 7. Nele se representam os rácios entre os *shares* dos vários grupos situados nos extremos da distribuição.

Gráfico 7
S95/S05, S90/S10, S80/S20, Portugal, 1993–2008



Fonte: INE, PEADP 1994-2001 / ICOR 2004-2009 (Cálculos dos autores)

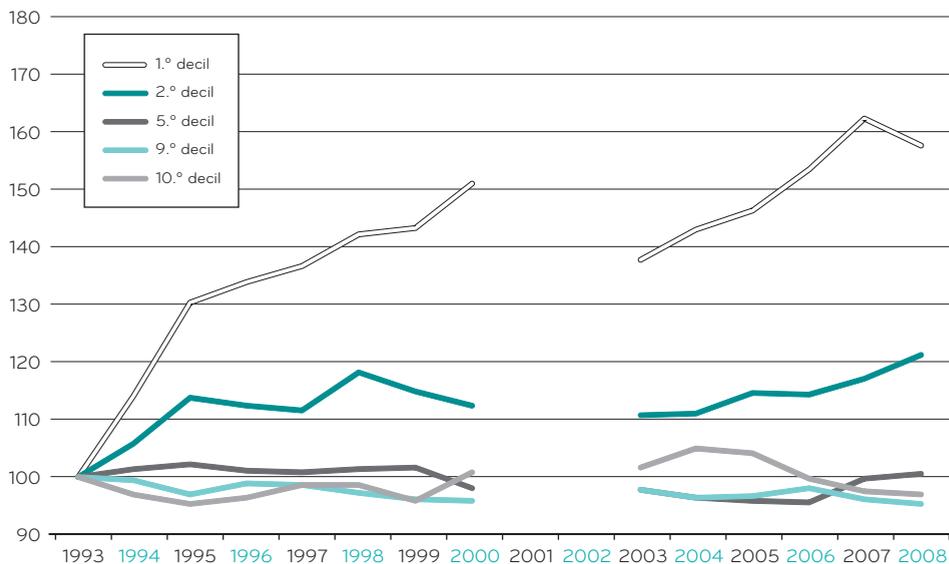
Os rácios S95/S05, S90/S10 e S80/S20 registam, todos eles, uma diminuição significativa dos níveis de desigualdade ao longo do período em análise.

Uma análise mais atenta da evolução da proporção do rendimento equivalente total recebido pelos diferentes grupos permite perceber melhor como evoluiu a desigualdade observada no gráfico anterior. Ao longo do período em análise, entre 1993 e 2008, a proporção do rendimento total auferido pelos 5% mais pobres duplica e o *share* correspondente aos 10% e aos 20% de menores rendimentos aumenta também de forma significativa. Já no outro extremo da distribuição dos rendimentos, entre os grupos mais ricos da população, verifica-se uma notória estabilidade.

O Gráfico 8 ilustra os "ganhos e perdas" de alguns decis ao longo do período em análise, tomando como 100 o seu valor de partida em 1993.

Gráfico 8

Shares do rendimento equivalente por decis, Portugal, 1993–2008· (1993=100)



Fonte: INE, PEADP 1994–2001/ICOR 2004–2009 (Cálculos dos autores)

A leitura deste quadro é inequívoca: a redução da desigualdade no período 1993–2008 resulta predominantemente das alterações ocorridas no primeiro vintil da distribuição. A execução de algumas políticas sociais dirigidas aos sectores de maior precariedade da população, como o rendimento social de inserção, não será certamente alheia a esta evolução.

O índice de Gini sofre uma redução ao longo do período de 3,3 pontos percentuais, passando de 38,7% em 1993 para 35,4% em 2008.

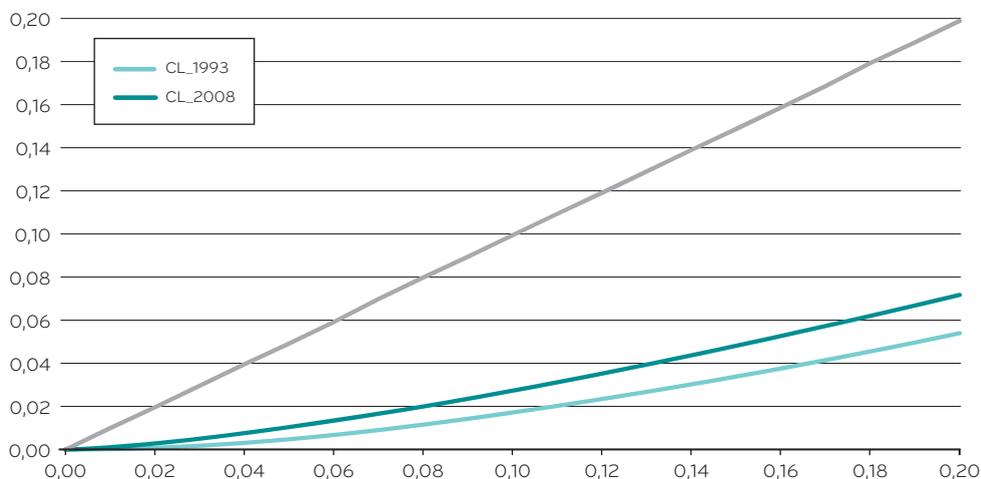
A redução da desigualdade não ocorre, porém, ao longo de toda a distribuição do rendimento. A observação das curvas de Lorenz nos dois anos extremos permite verificar que estas se cruzam perto do percentil 95. O gráfico seguinte procede como que a um zoom das curvas de Lorenz e das alterações ocorridas nos dois extremos da distribuição, evidenciando o que de facto ocorreu nos rendimentos mais baixos e nos rendimentos mais elevados.

O painel superior apresenta as curvas de Lorenz correspondentes aos 20% da população de menores rendimentos e onde a redução da desigualdade ocorrida não suscita quaisquer dúvidas. No painel inferior do mesmo gráfico, estão representadas as curvas de Lorenz correspondente à área onde se situam os 20% das famílias de maiores rendimentos. Aqui a situação é completamente diferente. A proximidade entre as curvas de Lorenz torna-se mais estreita e estas cruzam-se no percentil 95, indicando um agravamento ligeiro da desigualdade entre os 5% da população mais rica.

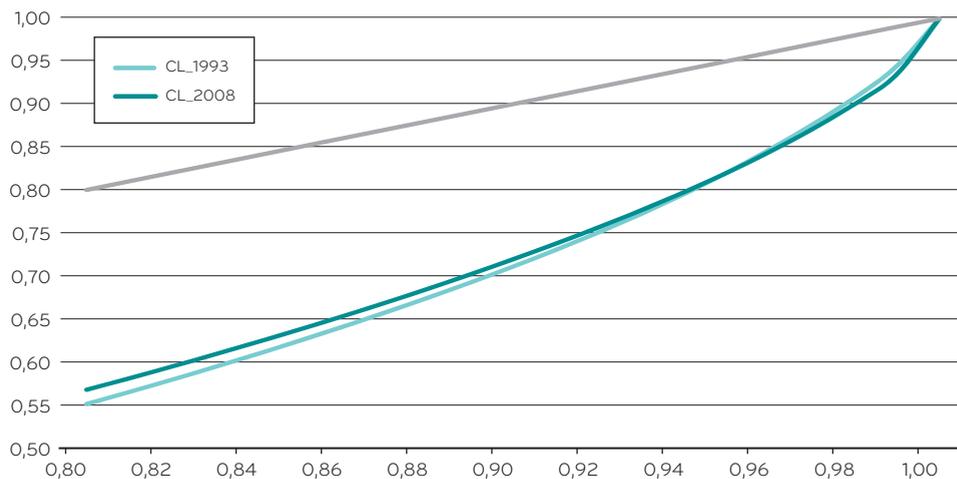
O destaque das extremidades das curvas de Lorenz confirma assim, uma vez mais, o que parece ser o factor determinante da diminuição da desigualdade alcançada: a melhoria das assimetrias na parte inferior da distribuição (dos rendimentos dos mais pobres) e a manutenção ou mesmo o agravamento das desigualdades entre os rendimentos mais altos.

Gráfico 9
Curvas de Lorenz, Portugal, 1993–2008

A) 20% da população de menores rendimentos



B) 20% da população de maiores rendimentos

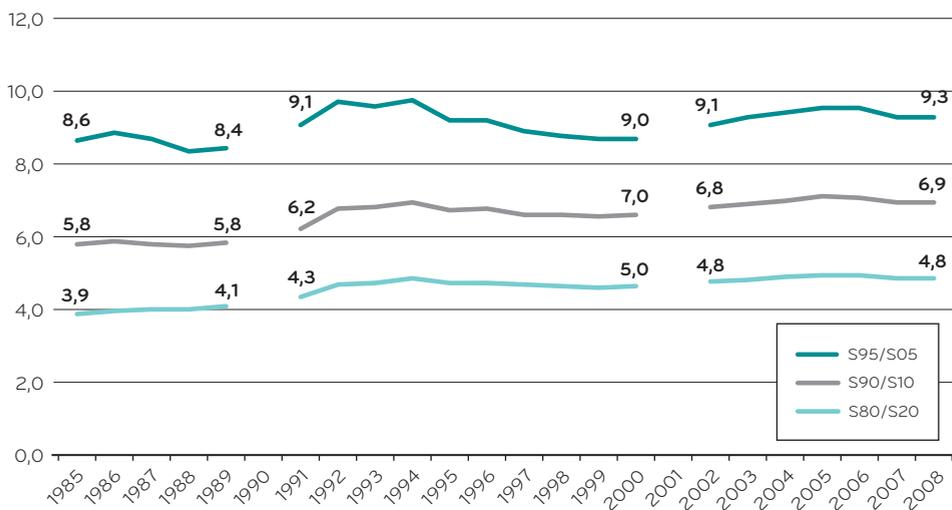


Fonte: INE, PEADP 1994–2001/ICOR 2004–2009 (Cálculos dos autores)

Veamos de seguida o que aconteceu quanto à evolução da desigualdade salarial, utilizando uma metodologia semelhante.

O Gráfico 10 apresenta os indicadores S_{80}/S_{20} , S_{90}/S_{10} e S_{95}/S_{05} para a distribuição do ganho mensal entre 1985 e 2008.

Gráfico 10
S95/S05, S90/S10, S80/S20, Portugal, 1985–2008



Fonte: Quadros de Pessoal, MTSS/GEP 1985–2008 (cálculos dos autores)

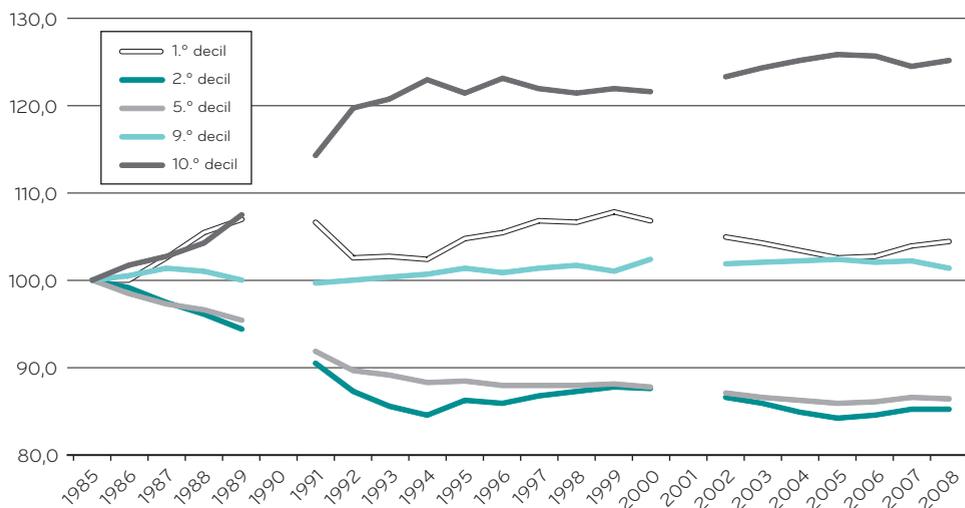
Neste gráfico, a situação é substancialmente diferente da que ocorreu na desigualdade familiar já que, entre 1985 e 2008, todos os indicadores revelam um aumento da assimetria na distribuição do ganho.

No entanto, o comportamento dos vários indicadores não é o mesmo ao longo de todo o período considerado. É possível identificar três fases distintas na evolução da desigualdade salarial ao longo do período em análise. Entre 1985 e 1994, regista-se um forte agravamento das desigualdades; entre 1994 e 2000, observa-se um decréscimo da desigualdade e, de 2000 até 2008, um período de alguma estagnação, verificando-se um certo agravamento até 2005 e alguma melhoria até 2008, mas a um ritmo mais lento.

De forma análoga ao que fizemos com os rendimentos familiares, podemos observar a evolução da proporção do ganho total recebido pelos vários decis da distribuição.

Gráfico 11

Evolução dos *shares* dos diferentes decis, Portugal, 1985–2008 (1985=100)



Fonte: Quadros de Pessoal, MTSS/GEP 1985–2008 (cálculos dos autores)

A imagem que emerge do gráfico anterior é, uma vez mais, a oposta da verificada com os rendimentos das famílias. O decil de maiores rendimentos vê o seu *share* aumentar seis pontos percentuais entre 1985 e 2008, passando de 24% para 30% do ganho total, um aumento superior a 25%. O segundo e o quinto quartis regridem nitidamente em termos do respectivo *share*. Os trabalhadores do primeiro decil registam um ganho mínimo (4,5%) ao longo do período.

Somente o décimo, o nono e o primeiro decil da distribuição apresenta ganhos do respectivo *share* entre 1985 e 2003. Os restantes decis da distribuição vêem a sua quota-parte no ganho total decrescer.

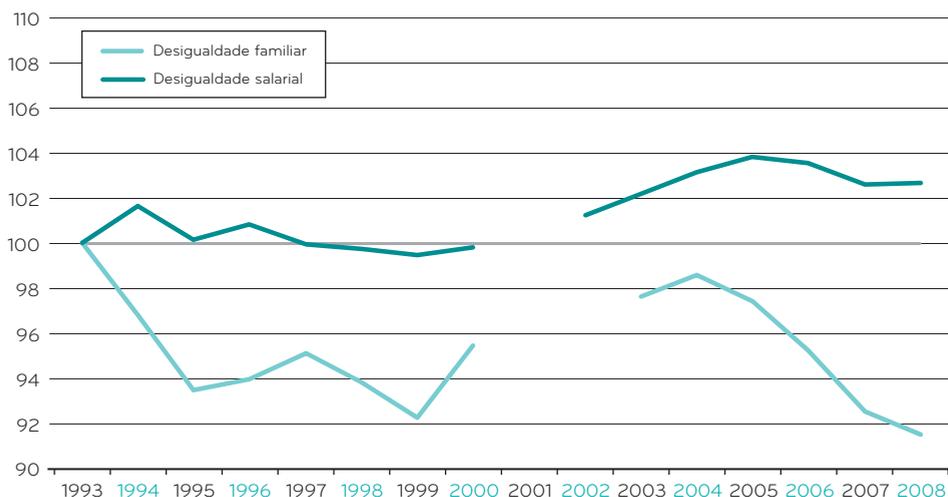
Se, de forma a garantir a comparabilidade, restringíssemos o estudo ao período 1993 a 2008, o padrão de evolução dos vários decis não se alteraria, evidenciando os mesmos “ganhadores” e “perdedores”, embora a amplitude das alterações fosse muito inferior.

A subida da desigualdade salarial parece, assim, claramente associada a um aumento progressivo da quota do ganho total auferida pelos indivíduos de maior nível salarial.

A comparação entre a evolução da desigualdade familiar e a desigualdade salarial, ao longo do período 1993-2008, é aprofundada no Gráfico 12. Neste gráfico, confronta-se a evolução do índice de Gini calculado a partir dos inquéritos às famílias e dos Quadros de Pessoal tomando como referência os valores de 1993.

Gráfico 12

Evolução do índice de Gini do rendimento familiar e do ganho total, Portugal, 1993-2008 (1993=100)



Fonte: INE, PEADP 1994-2001/ICOR 2004-2009 e MTSS/GEP, Quadros de Pessoal, 1993-2008 (cálculos dos autores)

O comportamento evolutivo dos dois índices de Gini é claramente diferente. A desigualdade familiar apresenta uma significativa redução ao longo do período 1993-2008, enquanto a desigualdade salarial evidencia um agravamento no decorrer do mesmo horizonte temporal.

Os resultados acima descritos recomendam um estudo mais aprofundado acerca dos rendimentos mais elevados, na linha dos desenvolvidos em anos recentes por Atkinson para vários países⁴.

Para tal, fomos analisar a proporção do rendimento auferido pelos 10%, 5%, 1%, 0,5%, 0,1% e 0,01% de trabalhadores com maior ganho, e a sua evolução no período 1985 a 2008. Tal como aconteceu com o décimo decil, todos estes grupos viram o seu *share* aumentar. Mas esse aumento é também ele desigual. Quanto mais subimos na escala dos rendimentos, maior é o crescimento do respectivo *share*. Se os 10% de salários mais elevados registam uma subida de 25%, os 1% mais ricos averbam um aumento do seu *share* de 49% e os 0,1% de maiores remunerações um acréscimo de 70%.

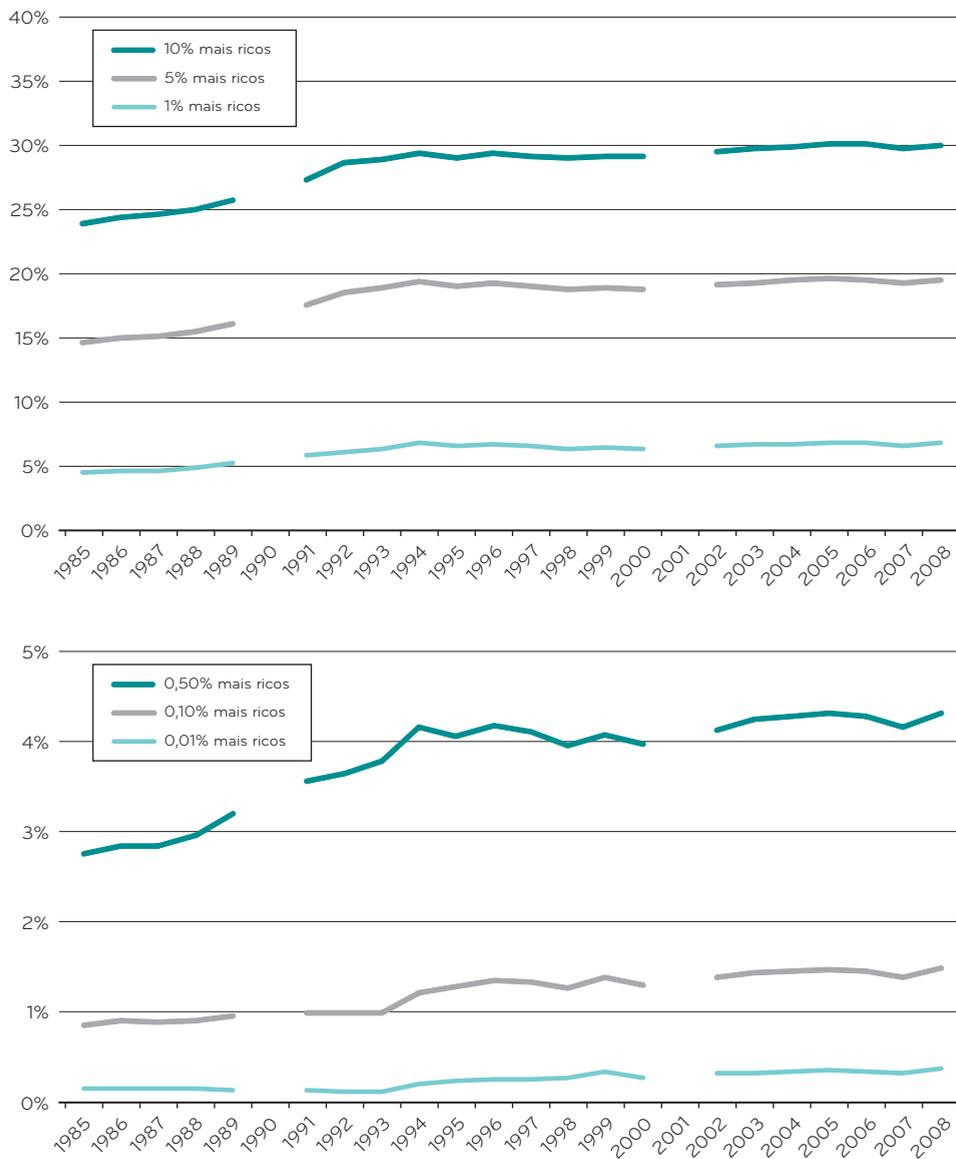
Este acréscimo da desigualdade na parte superior da distribuição tem-se mantido nos anos mais recentes, embora com diferentes intensidades. O gráfico seguinte dá conta das alterações verificadas no decil superior da distribuição do ganho salarial. O padrão que sobressai do gráfico é o de uma estreita associação entre o ritmo de crescimento dos *shares* dos indivíduos de maiores rendimentos e a evolução da desigualdade salarial para o conjunto dos trabalhadores. O que, uma vez mais, aponta para que as alterações verificadas na parte superior da distribuição constituem um elemento determinante do perfil e do padrão da desigualdade salarial em Portugal.

O estudo dos rendimentos mais elevados é certamente uma área que necessita de aprofundamento em Portugal. Dadas as naturais limitações dos inquéritos directos às famílias para captar as transformações ocorridas nessa parte da distribuição do rendimento, torna-se necessário recorrer a fontes estatísticas alternativas mais vocacionadas para a observação desse tipo de fenómenos. Nesse contexto, o uso dos microdados anonimizados das receitas fiscais é fundamental. Infelizmente, até ao presente, essa informação não tem estado disponível para os investigadores.

⁴ Veja-se, por exemplo, Atkinson, A.B. (2007) "Top Incomes over the Twentieth Century: A Contrast between European and English-Speaking Countries".

Gráfico 13

Shares dos salários mais elevados, Portugal, 1985–2008

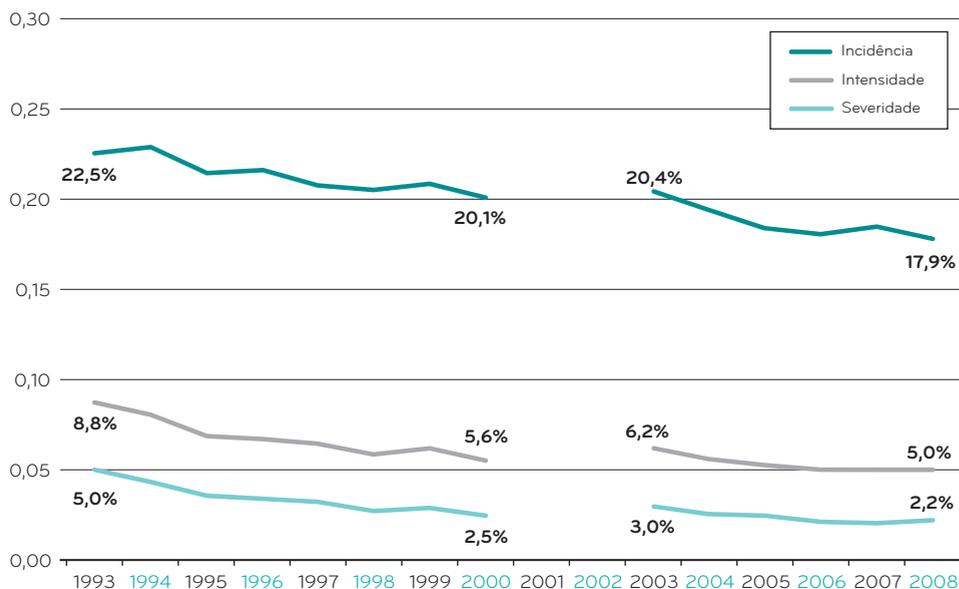


Fonte: Quadros de Pessoal, MTSS/GEP 1985–2008 (cálculos dos autores)

As alterações ocorridas na desigualdade não são dissociáveis das transformações ocorridas nos indicadores de pobreza e no próprio bem-estar da população.

O Gráfico 14 apresenta os indicadores correspondentes à incidência, à intensidade e à severidade da pobreza ao longo do período 1993-2008. Como seria expectável, dado o papel preponderante que os rendimentos mais baixos desempenharam nas alterações do nível de desigualdade familiar, o padrão seguido pela evolução dos principais indicadores de pobreza é muito próximo do seguido pelo da desigualdade do rendimento equivalente. No entanto, na medida em que os indicadores de pobreza somente de forma marginal são afectados pelos rendimentos mais elevados, a redução da pobreza ocorrida é mais significativa do que a registada no caso da desigualdade.

Gráfico 14
Indicadores de pobreza monetária, Portugal, 1993-2008



Fonte: INE, PEADP 1994-2001/ICOR 2004-2009 (Cálculos dos autores)

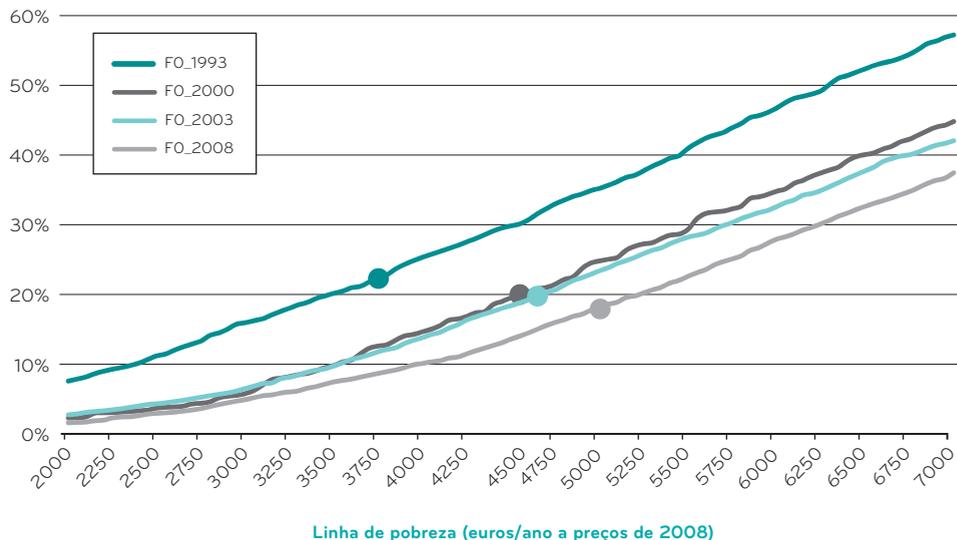
A taxa de pobreza regista uma diminuição de 4,7 pontos percentuais, passando de 22,5% da população, em 1993, para 17,9% em 2008; a intensidade da pobreza reduz-se em cerca de 43% e a severidade da pobreza assume em 2008 um valor que é menos de metade do registado em 1993. Uma vez mais a execução de medidas de política social especialmente dirigidas à população em maior precariedade como o Rendimento Social de Inserção ou o Complemento Solidário para Idosos ocorrida ao longo deste período não é certamente alheia à significativa redução das várias dimensões da pobreza e, em particular, à diminuição da intensidade e severidade da pobreza.

Pode-se questionar se estes resultados não estão dependentes da linha de pobreza utilizada para tipificar e quantificar o fenómeno da pobreza. Uma forma de responder a essa dúvida consiste em considerar linhas de pobreza alternativas aos 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. O exercício de sensibilidade dos resultados à linha de pobreza escolhida seguido consiste em ensaiar um espectro alargado de limiares de pobreza e observar, ao longo do tempo, os resultados ao nível da incidência e da intensidade da pobreza, por exemplo. Para a definição deste espectro de linhas, utilizámos como limite inferior 30% do rendimento mediano por adulto equivalente em 1994 (a preços de 2008) e como limite superior 80% desse rendimento em 2008, o que, *grosso modo*, corresponde a um intervalo compreendido entre 2000 e 7000 euros/ano. No gráfico seguinte, apresentam-se os resultados do exercício⁵.

⁵ Em cada uma das séries apresentadas surge evidenciado o valor da linha oficial de pobreza correspondente aos 60% da mediana do rendimento equivalente.

Gráfico 15

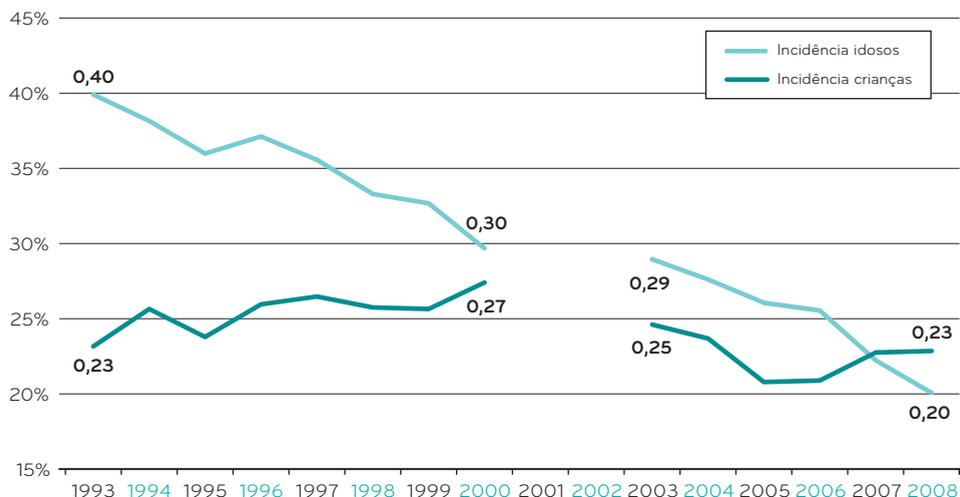
Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2008



Fonte: INE, PEADP 1994–2001/ICOR 2004–2009 (Cálculos dos autores)

Estes resultados são particularmente relevantes na medida em que comprovam uma descida sustentada da incidência da pobreza entre 1993 e 2008 seja qual for a linha de pobreza estabelecida, dentro do intervalo considerado.

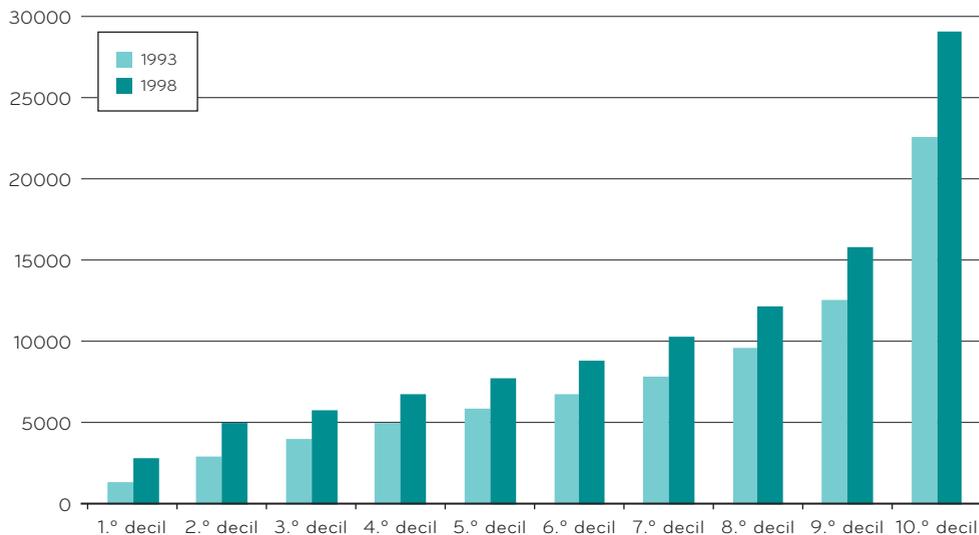
Particularmente significativa é a evolução da taxa de pobreza dos idosos em Portugal que, num período de 15 anos, se reduziu de cerca de 40% em 1993 para próximo de 20% em 2008. Infelizmente, redução semelhante não ocorreu com a pobreza infantil, que permanece bastante elevada, como mostra o gráfico seguinte.

Gráfico 16**Incidência de pobreza nos idosos e nas crianças, Portugal, 1993–2008**

Fonte: INE, PEADP 1994–2001/ICOR 2004–2009 (cálculos dos autores)

Tendo-se analisado a evolução recente dos principais indicadores de desigualdade e de pobreza, torna-se necessário averiguar em que medida as alterações ocorridas na distribuição do rendimento se reflectiram nas condições de vida da população, no seu nível de bem-estar.

A avaliação do bem-estar da população, e da sua evolução temporal, depende em grande medida da variável que se toma como referência para medir esse mesmo bem-estar. Se admitirmos, como simplificação, que o rendimento por adulto equivalente constitui uma aproximação aceitável para medir o nível de vida dos indivíduos e das famílias, então uma primeira leitura das alterações ocorridas no nível de vida da população pode ser dada através da análise do rendimento médio de cada decil, expresso em termos reais. O Gráfico 17 indica-nos o rendimento médio de cada decil em 1993 e 2008, expresso em euros a preços de 2008.

Gráfico 17**Rendimento Médio por adulto equivalente por decil, Portugal, 1993–2008**

Fonte: INE, PEADP 1994–2001/ICOR 2004–2009 (cálculos dos autores)

Os resultados acima apresentados sugerem claramente uma melhoria do rendimento médio real de cada decil e, conseqüentemente, uma melhoria das condições de vida da população. A análise das taxas de variação permite comprovar que os ganhos de rendimento real ao longo do período considerado não se repartiram de forma igual entre os vários decis. Os indivíduos situados no 1.º decil da distribuição viram os seus rendimentos reais por adulto equivalente mais que duplicados ao longo dos 15 anos em análise. Os restantes decis registaram crescimento mais modesto e inversamente proporcional ao seu posicionamento na escala de rendimentos. As alterações anteriormente observadas quanto aos índices de desigualdade e de pobreza encontram nestes valores do rendimento médio de cada decil uma explicação e uma validação adicional.

Note-se, no entanto, que a análise anterior se baseia exclusivamente na comparação dos dois anos extremos que balizam o período em análise. Uma análise 'mais fina' que comparasse cada par de anos permitiria identificar diferenças no ritmo de variação e mesmo na direcção do crescimento

dos rendimentos de cada decil. Aqui privilegiou-se a imagem global da evolução ocorrida ao longo do período e esta retrata inquestionavelmente uma melhoria significativa das condições de vida do conjunto da população.

A utilização de indicadores mais sofisticados, ou de conceitos de bem-estar social mais abrangentes, não altera as principais conclusões que emergem da análise do rendimento médio de cada decil.

Apesar da melhoria das condições de vida do conjunto da população, da ligeira redução da desigualdade familiar e da diminuição significativa das várias dimensões da pobreza monetária, Portugal continua a apresentar, em todas essas dimensões, valores inferiores aos da média da UE. Uma questão pertinente consiste em saber se as alterações ocorridas na sociedade portuguesa nos aproximaram dos valores europeus ou se, pelo contrário, estamos hoje mais distantes dos padrões de vida e de bem-estar da Europa. Os dois gráficos seguintes ajudam a responder, ainda que de forma muito parcial e fragmentada, a essa questão.

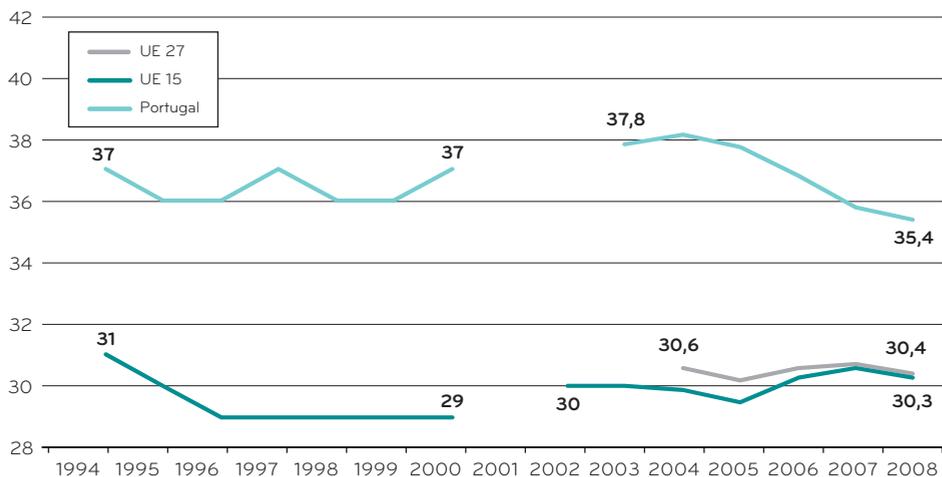
Em termos de desigualdade familiar, medida pelo índice de Gini, podemos afirmar que a convergência com a UE foi muito ténue ao longo do período 1994-2008, o que, de alguma forma, justifica que continuemos a fazer parte do grupo dos países mais desiguais da UE25 e o mais desigual da UE15. A ausência de políticas directamente vocacionadas para o combate às desigualdades e à promoção da equidade poderá ser uma das razões do nosso fracasso na obtenção de um processo de convergência mais rápida neste domínio.

A ligeira redução da desigualdade ocorrida entre 1993 e 2008 resulta, como vimos, principalmente do aumento dos recursos dos indivíduos e das famílias de menores rendimentos. Esta transformação não pode ser dissociada das políticas sociais e de combate à pobreza direccionadas ao apoio destas famílias. Mas a capacidade de as políticas sociais gerarem reduções significativas na desigualdade é necessariamente limitada, visto não ser esse o seu objectivo principal.

No que concerne aos indicadores de pobreza, a redução da incidência da pobreza operada entre 1993 e 2008 traduziu-se, também, numa efectiva aproximação aos valores médios da Europa. Se, no primeiro

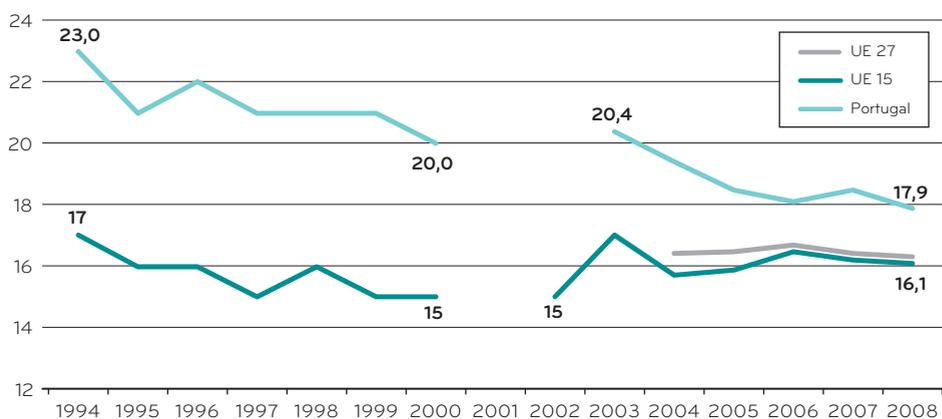
desses anos, a diferença entre a taxa de pobreza em Portugal e na UE15 era de seis pontos percentuais, em 2008 essa diferença encurtou para pouco menos do que dois pontos percentuais.

Gráfico 18
Índice de Gini, Portugal e UE, 1994–2008



Fonte: Eurostat, ECHP 1995–2001/EU-SILC 2004–2009.

Gráfico 19
Incidência da pobreza, Portugal e UE, 1994–2008



Fonte: Eurostat, ECHP 1995–2001/EU-SILC 2004–2009.

Os factores explicativos da evolução da desigualdade familiar

Nos últimos anos, a sociedade portuguesa passou por várias transformações com impactos distintos na distribuição do rendimento em geral: alterações de carácter demográfico associadas ao envelhecimento da população, à redução da dimensão média das famílias e a modificações da sua composição⁶. Modificações na relação entre as famílias e a actividade produtiva, com o aumento significativo de famílias em que nenhum membro trabalha, com as flutuações no desemprego e com a precariedade laboral. Mudanças no nível de instrução da população, principalmente nos indivíduos mais jovens.

A abordagem clássica que a teoria das desigualdades tem para identificar a forma como essas mutações da sociedade se transmitem ao processo de geração e de distribuição dos rendimentos adopta as chamadas técnicas de decomposição da desigualdade, de acordo com as características dos indivíduos e das famílias (ou de um indivíduo cujas características possibilitem tipificar a família). A desigualdade é assim “decomposta” na soma da desigualdade existente em cada grupo e na desigualdade que ocorre entre os vários grupos socioeconómicos.

⁶ Ao longo deste trabalho, e em particular neste ponto, referimo-nos frequentemente aos conceitos de família e de agregado familiar como formas de designação dos agregados domésticos privados (ADP). Trata-se, obviamente, de uma simplificação de linguagem, na medida em que as unidades de análise do PEADP 1994–2001 e do ICOR 2004–2009 são efectivamente os ADP, com uma constituição que extravasa a simples relação familiar entre os indivíduos que partilham o mesmo alojamento.

Ao longo deste trabalho tentámos identificar as principais alterações de natureza socioeconómica ocorridas na sociedade portuguesa e descortinar a forma como essas transformações contribuíram para o decréscimo da desigualdade familiar ocorrida entre 1993 e 2008.

O primeiro factor analisado prende-se com a dimensão dos agregados familiares. Entre 1993 e 2008, a dimensão média dos agregados familiares diminuiu de 3,12 pessoas para 2,71. No mesmo período, a percentagem de agregados compostos exclusivamente por uma pessoa aumentou de 13,3% para 17,5% e a proporção de agregados alargados (cinco e mais pessoas) reduziu-se para metade, de 14,5% dos agregados para 7,1%.

Estas profundas alterações ocorridas na dimensão média das famílias repercutiram-se na estrutura da população, nos rendimentos relativos das famílias de diferentes dimensões e nos níveis de desigualdade prevaletentes no interior dos diferentes tipos de famílias.

O primeiro painel do Gráfico 20 evidencia a distribuição da população pelas famílias de diferentes dimensões nos anos de 1993, 2000, 2003 e 2008. Nele é bem patente a redução ocorrida na proporção da população enquadrada em famílias numerosas e o conseqüente aumento da sua participação em agregados familiares compostos exclusivamente por um ou dois indivíduos.

O segundo painel do mesmo gráfico ilustra, através das barras associadas à escala da esquerda do gráfico, a relação entre o rendimento médio equivalente de cada grupo e o rendimento médio equivalente do conjunto da população. Uma primeira leitura que se pode fazer do gráfico é que as famílias constituídas por um só elemento não somente viram a sua importância aumentar como também melhoraram substancialmente a sua posição relativa em termos de rendimento. Se, em 1993, o rendimento médio deste grupo era o mais baixo de todos os grupos considerados com cerca de 70% do rendimento médio global, já no último ano considerado o seu rendimento médio representava 90% do rendimento médio do conjunto da população. Apesar desta aproximação do rendimento médio das famílias composta por um indivíduo

ao rendimento médio, este grupo, conjuntamente com o das famílias numerosas, continua a apresentar os rendimentos mais baixos de todas as categorias de dimensão dos ADP consideradas.

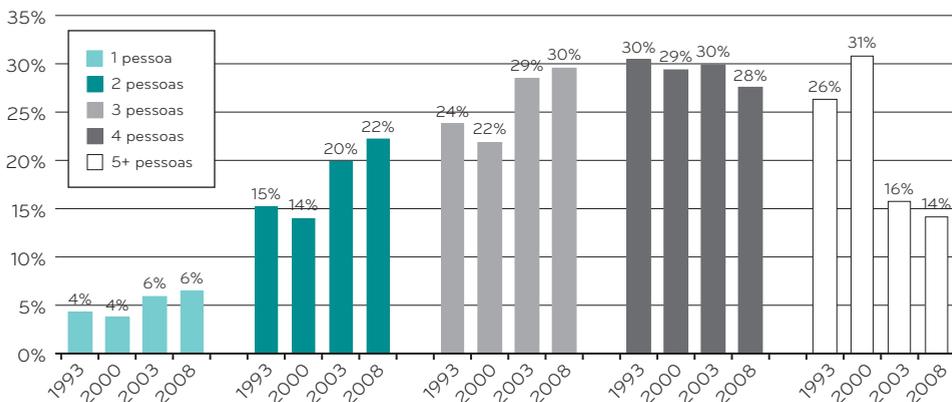
O segundo painel do Gráfico 20 possibilita ainda observar a evolução da desigualdade em cada um dos grupos, medida pelo Desvio Médio Logarítmico (DML)⁷. As linhas deste gráfico, medidas na escala da direita, dão-nos o valor assumido pelo DML em cada grupo e em cada ano considerado. A escolha deste índice para avaliar a evolução da desigualdade registada no interior de cada um dos grupos socioeconómicos justifica-se pelas suas propriedades, em particular o facto de este permitir separar a desigualdade intragrupos da desigualdade intergrupos de qualquer partição da população considerada.

A principal imagem que resulta do gráfico é a da redução da desigualdade existente no seio de todos os grupos entre 1993 e 2008. O grupo mais heterogéneo, e o mais desigual, que é precisamente o das famílias unipessoais, vê o seu nível de desigualdade reduzir-se de 0,365 para 0,259. Esta redução da desigualdade em todos os grupos, conjugada com alguma aproximação entre o rendimento médio dos diferentes grupos e o rendimento mediano da população, explica grande parte da diminuição da desigualdade total verificada.

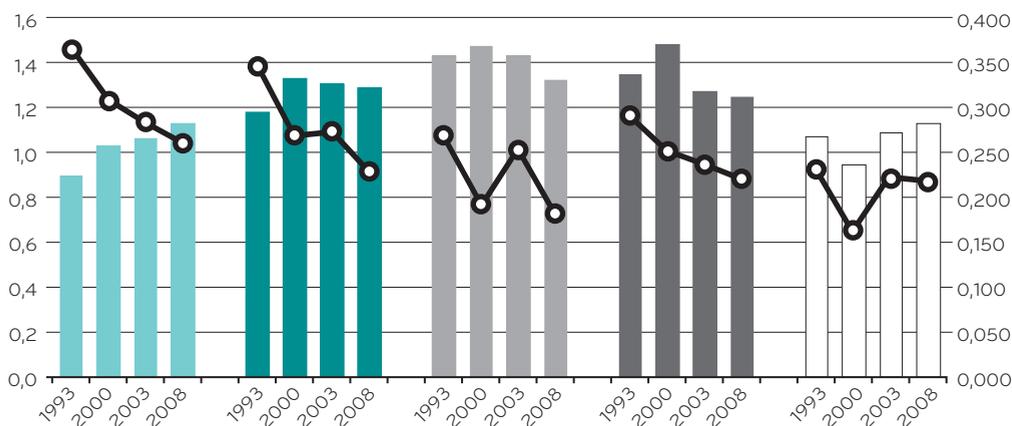
⁷ O Desvio Médio Logarítmico é um índice de desigualdade calculado como $(1/N) \sum_{i=1}^N \ln(\mu/y_i)$, onde N representa a dimensão da população, y_i o rendimento do indivíduo i e μ o rendimento médio da população. Quanto maior o valor assumido pelo índice, maior o nível de desigualdade existente.

Gráfico 20

Estrutura da população por dimensão do ADP, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2008



Rendimento médio (normalizado) e desigualdade (DML) dos diferentes grupos



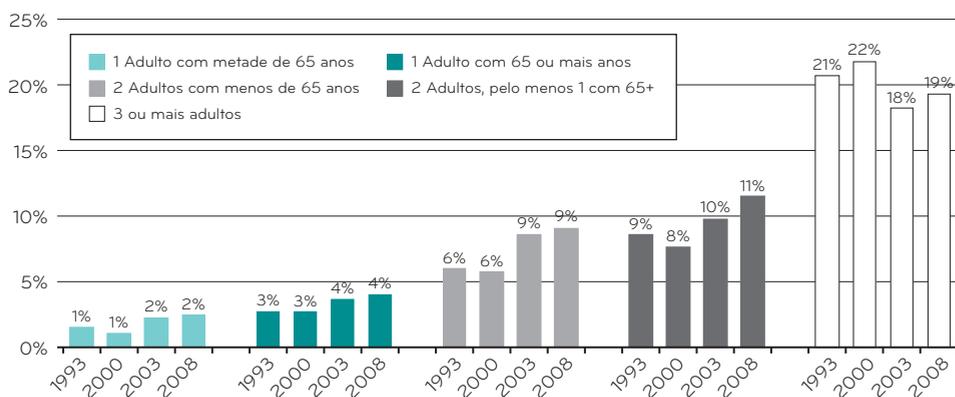
Fonte: INE, PEADP 1994, 2001/ICOR 2004, 2009 (cálculos dos autores)

A segunda variável ensaiada como factor potencialmente explicativo da desigualdade e da sua evolução foi a variável tipo de família. A partição dos agregados familiares por tipo de família conjuga a dimensão dos agregados com a sua composição, pelo que permite alargar e aprofundar a análise anteriormente feita tendo em conta exclusivamente a dimensão. Os dois pares de gráficos seguintes, com estruturas semelhantes ao Gráfico 20, permitem-nos analisar as transformações ocorridas nos vários tipos de famílias separando-as em dois subgrupos: as famílias sem e com crianças.

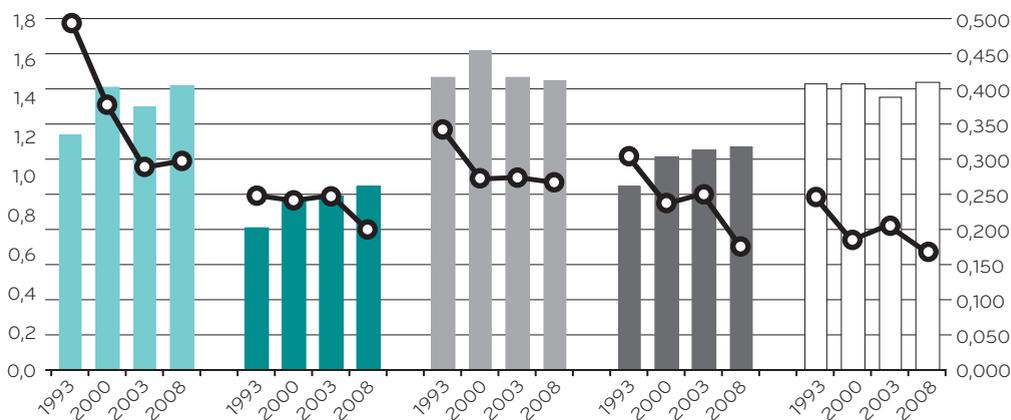
Esta divisão da tipologia das famílias em dois subgrupos é, em grande medida, motivada por facilidade de apresentação. Contudo, ela não deixa de traduzir uma primeira característica das mutações ocorridas na composição das famílias: a diminuição do peso dos agregados familiares com crianças. Se, em 1993, a proporção de agregados familiares com crianças representava 46% dos agregados familiares o seu peso diminuiu para cerca de 39% em 2008.

Gráfico 21

Estrutura da população por composição do ADP (I), Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2008



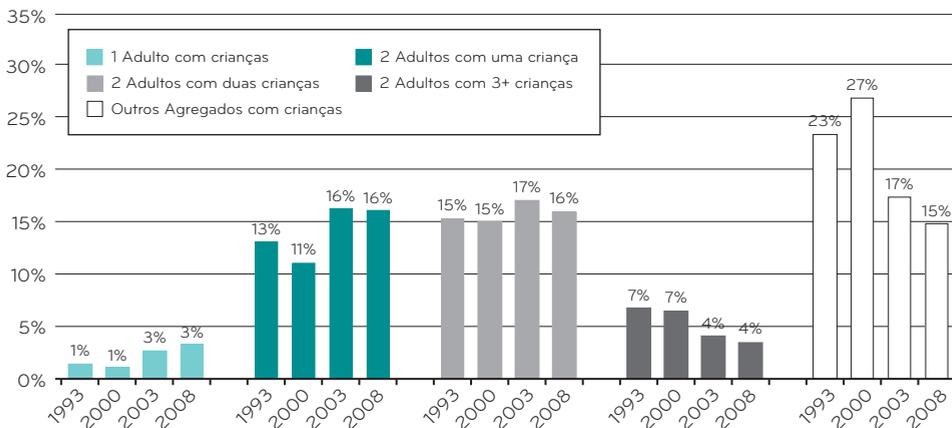
Rendimento médio (normalizado) e desigualdade (DML) dos diferentes grupos



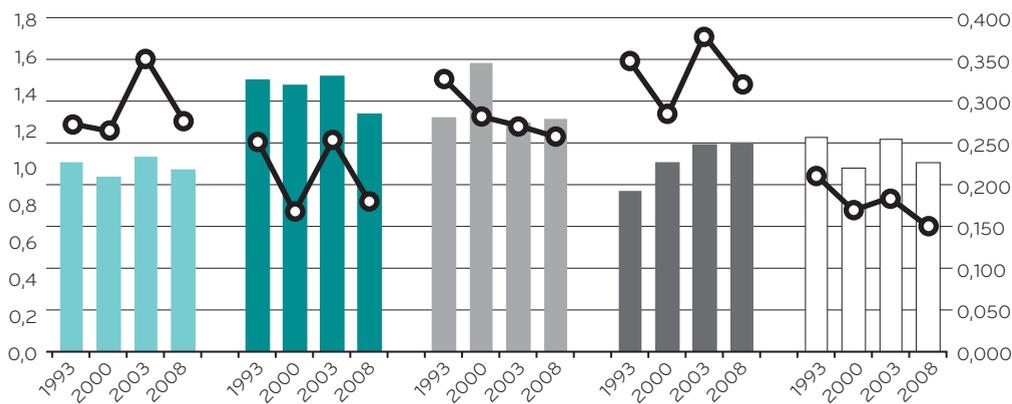
Fonte: INE, PEADP 1994, 2001/ICOR 2004, 2009 (cálculo dos autores)

Gráfico 22

Estrutura da população por composição do ADP (II), Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2008



Rendimento médio (normalizado) e desigualdade (DML) dos diferentes grupos



Fonte: INE, PEADP 1994, 2001/ICOR 2004, 2009 (Cálculos dos autores)

Uma segunda característica que sobressai dos dois quadros anteriores é o do envelhecimento da população. As famílias constituídas por um idoso isolado e por dois indivíduos em que pelo menos um tem mais de 65 anos vêem o seu peso demográfico aumentar ao longo dos anos examinados. Este crescimento demográfico da população idosa no quadro desta tipologia de famílias parece igualmente ser acompanhado de alguma melhoria da sua posição relativa na distribuição de rendimentos. A título de exemplo, o rendimento médio dos idosos isolados que no início do período em análise representava cerca de 59% do rendimento médio do país alcança os 75% em 2008.

A forte heterogeneidade das famílias unipessoais anteriormente verificada ganha uma explicação adicional. A separação deste grupo de acordo com a idade, destacando os idosos com 65 e mais anos, permite observar que estamos perante sectores da população com níveis de rendimentos muito distintos. As famílias unipessoais em que o indivíduo está em idade activa apresentam um nível de rendimento médio que corresponde a cerca de 100–120% do rendimento médio global, enquanto as famílias de idosos têm um rendimento médio que é sempre inferior a 75% do rendimento médio.

Os indivíduos com menos de 65 anos isolados e os casais com três e mais crianças constituem os grupos que apresentavam maiores níveis de desigualdade no ano inicial. Se em relação ao primeiro grupo referido a heterogeneidade dos níveis de rendimento não é particularmente estranha, no caso do segundo grupo a elevada desigualdade nele existente parece traduzir que os casais com três e mais crianças se situam predominantemente nos extremos da distribuição do rendimento, isto é, nos decis mais baixos e mais elevados, diminuindo a sua presença nos decis centrais.

A descida, entre 1993 e 2008, do nível de desigualdade em praticamente todos os tipos de família constitui, porém, o principal elemento a evidenciar nos dois gráficos anteriores. A tendência descendente da desigualdade total não parece, assim, associada a um determinado grupo específico da população, antes constitui uma transformação que abarca todos os tipos de agregados familiares, ainda que com diferentes intensidades.

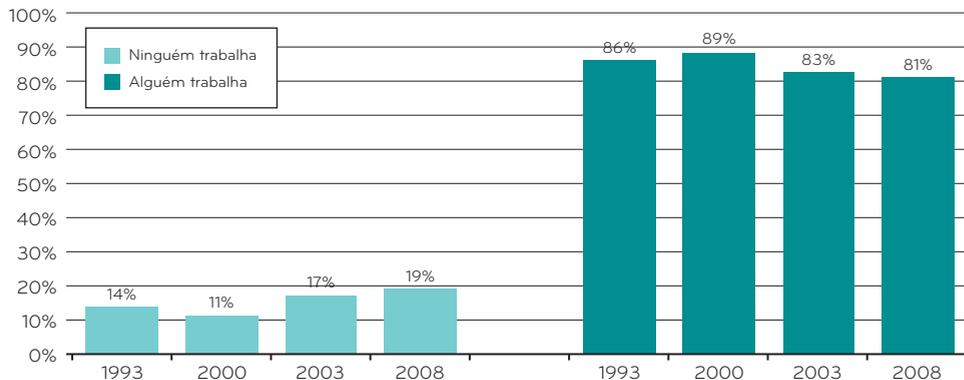
O progressivo envelhecimento da população anteriormente verificado não pode deixar de se repercutir na importância relativa dos rendimentos de trabalho nos rendimentos familiares e, de uma forma mais geral, na ligação entre as famílias e a actividade produtiva. De forma a elucidarmos a evolução deste vínculo entre as famílias e o mercado de trabalho, procedemos à segmentação dos agregados familiares entre aqueles em que essa ligação existe, isto é, em que algum elemento da família auferia rendimentos do trabalho, e aquelas em que a estrutura de rendimentos é composta por outro tipo de rendimentos, predominantemente prestações sociais.

Os microdados do PEADP 1994 e do ICOR 2009 permitem verificar que a percentagem de famílias sem qualquer relação com o mercado de trabalho cresce, entre 1993 e 2008, de 24% para 30%. Neste último ano, 19% da população habitava em agregados familiares que não dispunham de qualquer rendimento de trabalho, quer regular quer precário. Ainda que o envelhecimento da população possa constituir o factor mais importante deste progressivo “desligar” da relação entre as famílias e a actividade produtiva, ele não constitui certamente a única explicação.

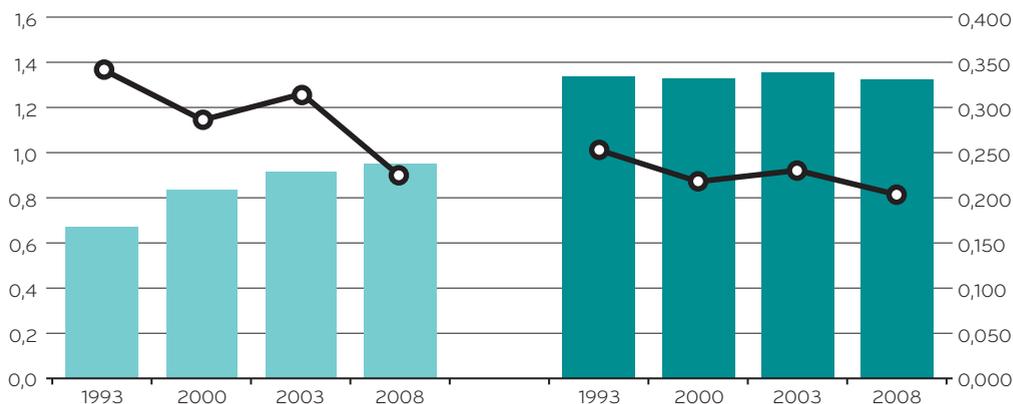
O Gráfico 23 apresenta estes dois grupos de famílias para os quatro anos em análise.

Gráfico 23

Estrutura da população por participação do ADP na actividade produtiva, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2008



Rendimento médio (normalizado) e desigualdade (DML) dos diferentes grupos



Fonte: INE, PEADP 1994, 2001/ICOR 2004, 2009 (Cálculos dos autores)

Os dois painéis do gráfico anterior permitem comprovar o peso crescente dos indivíduos residentes em famílias sem qualquer ligação ao mercado de trabalho mas igualmente o seu fraco nível de rendimentos. Estas famílias dispõem de um rendimento médio inferior ao rendimento mediano em qualquer um dos anos considerado. No entanto, o seu

nível de rendimentos relativos cresceu ao longo do período analisado, traduzindo, eventualmente, uma maior abrangência dos rendimentos que auferem de prestações sociais. O nível de desigualdade deste grupo diminuiu igualmente de forma significativa ao longo do período em observação.

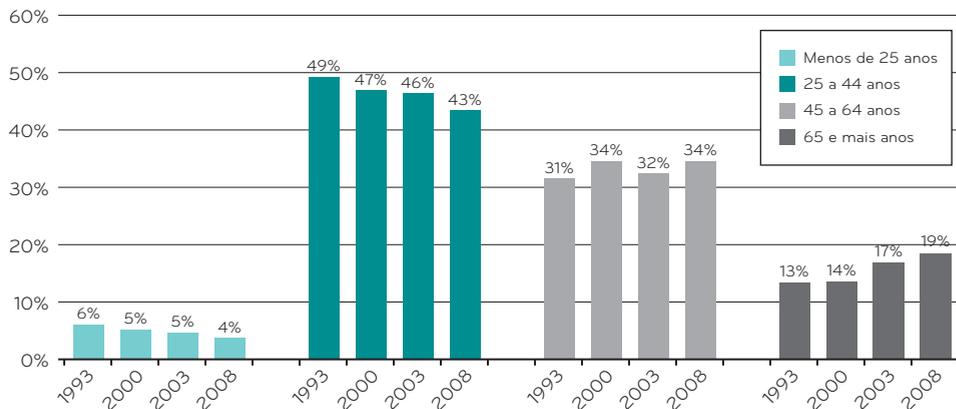
As restantes variáveis de segmentação da população consideradas como potenciais factores explicativos da desigualdade remetem para as características do indivíduo de referência das famílias, isto é, para as características do indivíduo com maior nível de rendimento no seio de cada um dos agregados familiares.

A primeira destas variáveis é o grupo etário do indivíduo de referência. Também aqui os efeitos do envelhecimento da população são notórios. De acordo com os inquéritos às famílias que constituem a base estatística deste trabalho, a proporção de famílias cujo indivíduo de referência era idoso subiu cinco pontos percentuais, passando de 23% em 1993 para 28% em 2008. No mesmo período, a percentagem da população residindo neste tipo de famílias subiu de 13% para 19%.

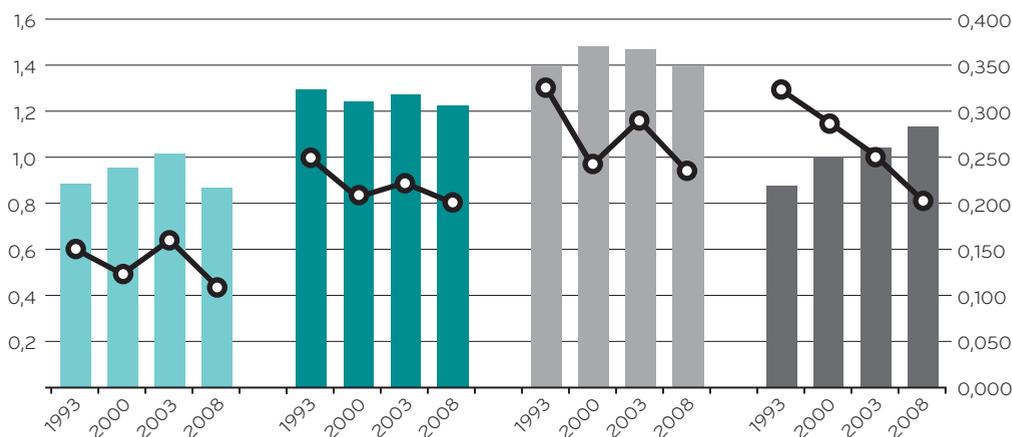
Mais uma vez, é possível comprovar a subida progressiva do rendimento relativo deste grupo. O seu rendimento médio passa de 70% para cerca de 90% do rendimento médio do conjunto da população. Embora permaneça como um dos grupos com níveis de rendimento mais baixos, juntamente com as famílias cujo indivíduo de referência tem menos de 25 anos, a sua posição relativa na distribuição de rendimentos melhorou de forma significativa. É igualmente neste grupo que se registam as quebras mais acentuadas da desigualdade intragrupos.

Gráfico 24

Estrutura da população por grupo etário do indivíduo de referência do ADP, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2008



Rendimento médio (normalizado) e desigualdade (DML) dos diferentes grupos



Fonte: INE, PEADP 1994, 2001/ICOR 2004, 2009 (cálculos dos autores)

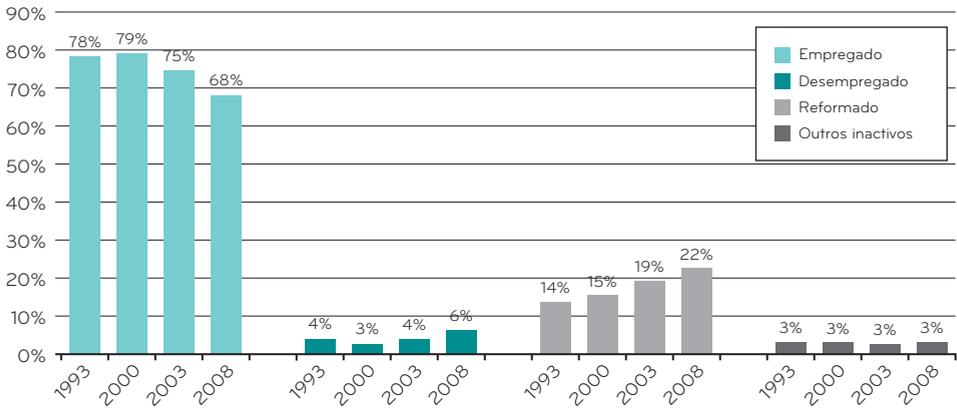
O Gráfico 25 aprecia as alterações ocorridas na desigualdade na óptica da condição perante o trabalho do indivíduo de referência.

A consideração da condição perante o trabalho permite confirmar e alargar grande parte dos resultados obtidos anteriormente quanto ao modelo das transformações demográficas e económicas já analisadas. A proporção de famílias cujo indivíduo de referência trabalha diminui de

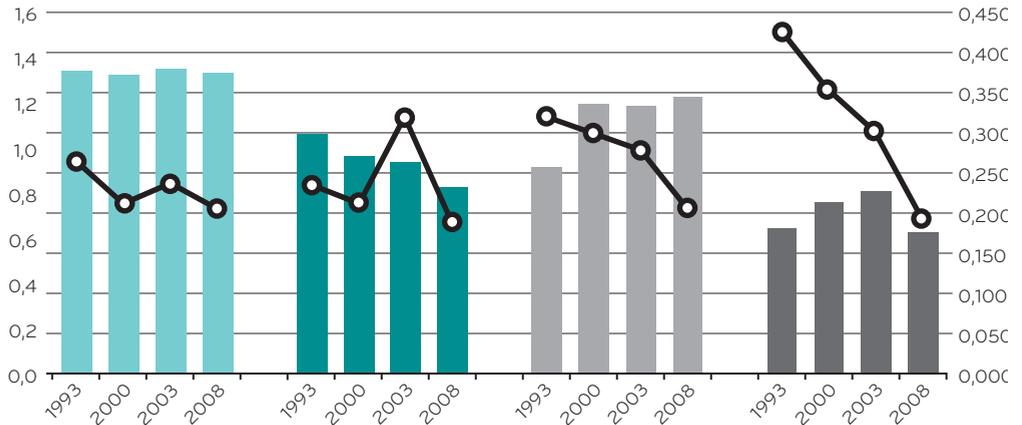
70% em 1993 para 59% em 2008. A percentagem de agregados familiares cujo indivíduo de referência é reformado sobe de 22% para 32%.

Gráfico 25

Estrutura da população por condição perante o trabalho do indivíduo de referência do ADP, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2008



Rendimento médio (normalizado) e desigualdade (DML) dos diferentes grupos



Fonte: INE, PEADP 1994, 2001/ICOR 2004, 2009 (cálculos dos autores)

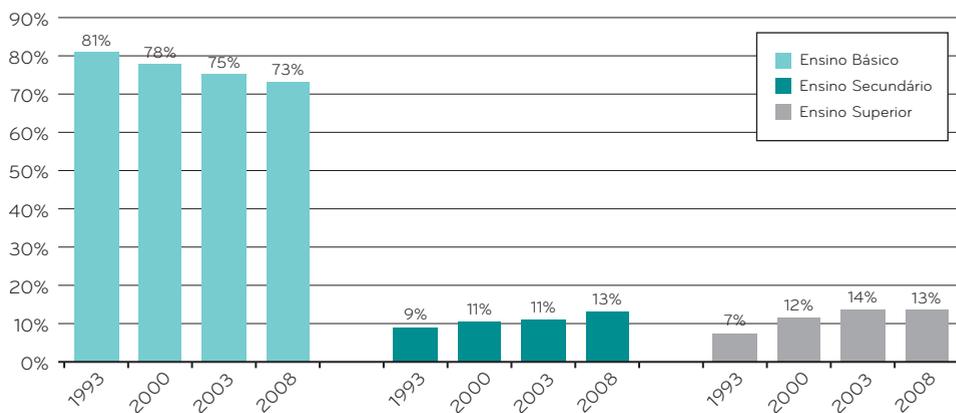
Da comparação do rendimento médio dos diferentes grupos, e da sua evolução, sobressai o baixo nível de rendimentos relativos das famílias cujo indivíduo pertence ao grupo dos outros inativos.

Embora o nível de desigualdade diminua em todos os grupos socioeconómicos considerados, essa diminuição é mais acentuada nos grupos correspondentes aos reformados e outros inativos. Este resultado é particularmente importante na medida em que confirma, uma vez mais, o importante papel das prestações sociais na redução da desigualdade.

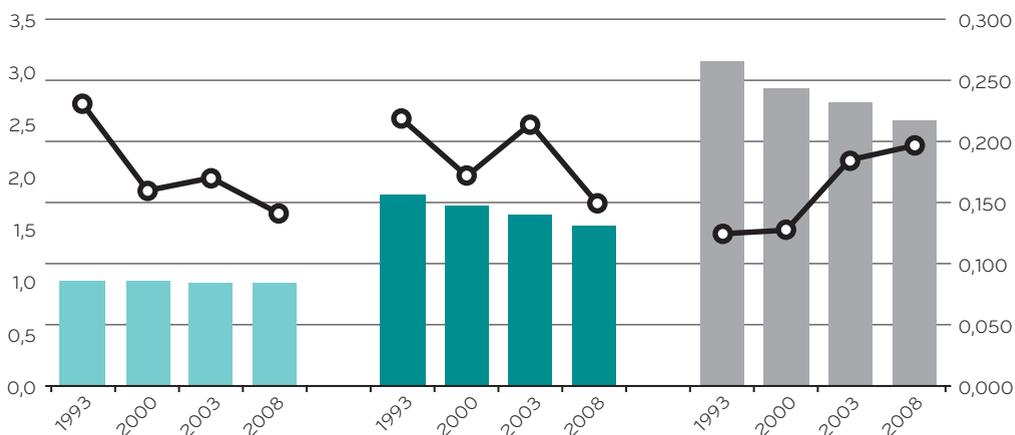
O último gráfico analisado evidencia as alterações ocorridas no nível de instrução do indivíduo de referência dos agregados familiares.

Gráfico 26

Estrutura da população por nível de escolaridade do indivíduo de referência do ADP, Portugal, 1993, 2000, 2003 e 2008



Rendimento médio (normalizado) e desigualdade (DML) dos diferentes grupos



Fonte: INE, PEADP 1994, 2001/ICOR 2004, 2009 (cálculos dos autores)

O estudo dos resultados apresentados no Gráfico 26 introduz elementos novos na avaliação dos factores explicativos da evolução da desigualdade em Portugal. Em primeiro lugar, porque a variável nível de instrução apresenta uma forte associação com os níveis de rendimento. Em segundo lugar, porque as alterações demográficas associadas ao aumento do nível de escolaridade geraram efeitos contraditórios na desigualdade intragrupos.

A percentagem da população a viver em agregados familiares cujo indivíduo de referência possui habilitações de nível superior subiu de 7,2% em 1993 para 13,4% em 2008. O alargamento deste grupo populacional traduziu-se quer numa diminuição da vantagem relativa deste grupo na escala dos rendimentos quer num aumento da desigualdade existente no seu seio. Se o rendimento médio deste grupo representava, em 1993, 2,5 vezes o rendimento médio da população, em 2008 esse valor descia para 2,0. O índice de desigualdade, medido pelo Desvio Médio Logarítmico, subia, no mesmo horizonte temporal, de 0,124 para 0,196.

O alargamento de famílias cujo representante apresenta habilitações superiores surge, assim, associado a uma maior assimetria dos seus rendimentos e a uma menor valorização relativa, em termos de rendimentos monetários, da obtenção desse nível de habilitações.

A consideração de diferentes grupos socioeconómicos como potenciais factores explicativos da evolução da desigualdade familiar ocorrida em Portugal entre 1993 e 2008 possibilitou uma nova visão sobre o padrão de alterações ocorridas na distribuição do rendimento.

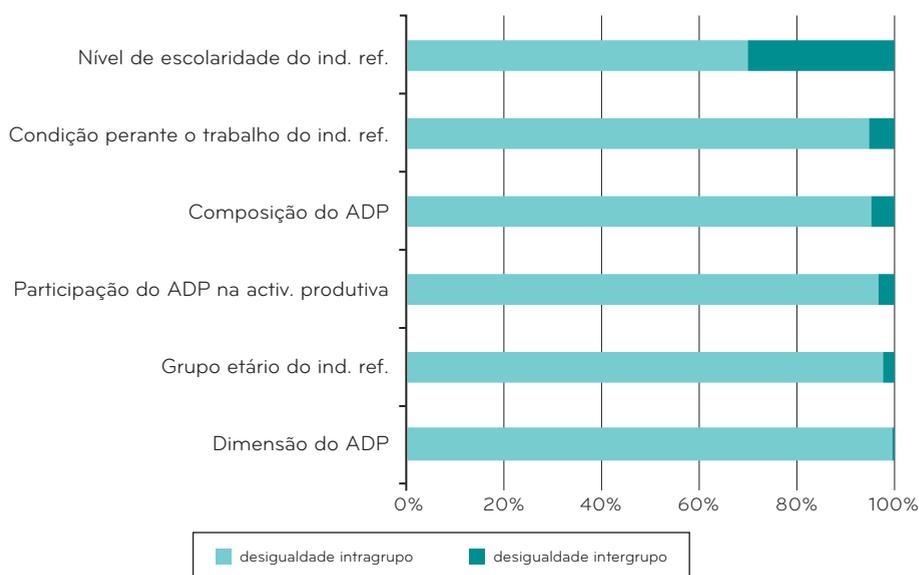
Em primeiro lugar, o peso das desigualdades intragrupo supera largamente a importância da desigualdade intergrupos em praticamente todos os grupos considerados. Com excepção da segmentação da população de acordo com o nível de instrução do indivíduo de referência, todas as demais partições revelam uma "capacidade explicativa" da desigualdade inferior a 10%. O Gráfico 27 ilustra a importância relativa das desigualdades intra e intergrupos para o ano de 2008.

A redução da desigualdade ocorrida no conjunto da população é acompanhada pela redução da desigualdade existente no seio da gene-

ralidade dos grupos socioeconómicos considerados, o que, de alguma forma, desvaloriza o papel explicativo desses grupos, na evolução da desigualdade ocorrida.

Emerge igualmente da análise efectuada que é predominantemente nos grupos socioeconómicos de rendimentos mais baixos que a redução da desigualdade é mais acentuada. Esta conclusão complementa e valida a análise anteriormente efectuada quanto à importância das transformações ocorridas na parte inferior da distribuição do rendimento na redução dos níveis de desigualdade. Ilustra, também, a relevância dos vários tipos de prestações sociais na diminuição das desigualdades ocorrida em Portugal.

Gráfico 27
Desigualdade intra e intergrupos, Portugal, 2008



Fonte: INE, ICOR 2009 (cálculos dos autores)

A decomposição da desigualdade de acordo com as várias componentes do rendimento equivalente das famílias permite comprovar o declínio do peso relativo dos rendimentos de trabalho entre 1993 e 2008,

compensados por um aumento correspondente das pensões nos rendimentos familiares. As pensões de velhice e de sobrevivência por morte do cônjuge passam de um peso relativo no rendimento total de 11,8% em 1993 para 20,3% em 2008. Outro aspecto que emerge da análise efectuada é o reduzido peso dos "outros rendimentos" que engloba quer as transferências entre privados quer os rendimentos de capital. A estabilização do seu peso relativo em torno dos 2% parece indiciar alguma subestimação deste tipo de rendimentos nos inquéritos directos às famílias.

Quer os rendimentos do trabalho quer os outros rendimentos têm uma contribuição para a desigualdade que é superior à sua importância relativa na estrutura dos rendimentos. Em particular os "outros rendimentos" geram um efeito de desigualdade que é superior ao dobro do seu *share* no rendimento total. No caso das pensões, apesar de a sua contribuição para a desigualdade ser positiva, essa contribuição é menos do que proporcional ao seu peso relativo.

Em síntese, podemos afirmar que os rendimentos do trabalho são aqueles que mais contribuem para a desigualdade total, embora a sua contribuição corrigida da sua importância relativa no rendimento equivalente seja inferior à dos "outros rendimentos". As transferências sociais evidenciam claramente um efeito atenuador das desigualdades, que se acentua no ano de 2008.

Impacto dos benefícios sociais e dos impostos sobre a distribuição do rendimento e a desigualdade

Apesar das limitações decorrentes da informação estatística disponível, foi possível identificar, ainda que de forma necessariamente limitada e fragmentada, os principais impactos dos benefícios sociais e dos impostos sobre a distribuição do rendimento, a desigualdade e a pobreza.

O estudo da estrutura do rendimento bruto e do rendimento líquido médio das famílias permite verificar que a acção conjunta do IRS e das contribuições para a Segurança Social corresponde a uma diminuição média de cerca de 20% dos recursos ilíquidos auferidos pelas famílias. A progressividade do sistema fiscal ao longo da distribuição do rendimento é evidenciada com um rácio de rendimento líquido/rendimento bruto a variar entre 4,5% no primeiro decil e 29,4% para no 10.º decil.

As contribuições para a Segurança Social têm um peso superior ao IRS na passagem do rendimento bruto ao rendimento líquido das famílias até ao sexto decil da distribuição, passando a partir daí a ter uma menor importância relativa.

A percentagem de agregados domésticos que paga IRS é de cerca de 75,5%, sendo que esta taxa desce para 18% no primeiro decil da população e é praticamente de 100% nos dois últimos decis.

O impacto da política fiscal sobre os diferentes indicadores de desigualdade é significativo: o índice de Gini regista uma redução de cerca de 10% (superior a quatro pontos percentuais) quando passamos da distribuição do rendimento bruto ao rendimento líquido.

A utilização de um conjunto de indicadores de eficácia na redução da incidência da pobreza faculta uma primeira avaliação do impacto das políticas sociais sobre a distribuição do rendimento e a pobreza. Tomando como referência o ano de 2008, é possível verificar que a incidência da pobreza do conjunto da população foi de 17,9% mas que, mantendo a linha de pobreza e subtraindo ao rendimento disponível das famílias as transferências sociais, a incidência passaria para 24,3%. As transferências sociais possibilitam assim uma redução da incidência da pobreza em 6,4 pontos percentuais. Este indicador da eficácia das políticas sociais na redução da pobreza tem registado um progressivo aumento, tendo passado de 19% em 1993 para 26% em 2008.

Uma primeira ilação que emerge da análise efectuada é a de que a intervenção pública para reduzir as desigualdades por via da política social tem um carácter necessariamente precário cujos efeitos se esgotam na correcção das assimetrias da parte inferior da distribuição do rendimento, deixando de fora as que ocorrem na parte superior da distribuição. Por outro lado, a análise dos dados relativos aos impostos sobre o rendimento evidencia as suas potencialidades como mecanismo de redistribuição e o seu nível de progressividade. Mas evidencia igualmente que muito falta fazer para um conhecimento aprofundado da relação entre os rendimentos familiares e os rendimentos abrangidos pelo sistema fiscal. O elevado número de famílias que não pagam impostos sobre os rendimentos, se por um lado pode traduzir situações de real precariedade, por outro lado pode indiciar a existência de rendimentos obtidos fora da economia formal que urge conhecer.

A eficácia das políticas sociais no combate à exclusão e à pobreza surge indissociável das melhorias verificadas nos principais indicadores de pobreza ocorridos nos últimos anos em Portugal. As políticas sociais assentes em condição de recursos desempenham, nesse contexto, um papel importante. Mas um efectivo conhecimento das situações de precariedade implica igualmente perceber o papel dos mecanismos não monetários de apoio e de suporte às famílias mais desprotegidas que, hoje em dia, não são captadas pelos indicadores de pobreza tradicionais.

Notas Finais

O estudo agora realizado permite evidenciar um conjunto de limitações quer da informação estatística disponível quer das técnicas utilizadas para medir a desigualdade económica. Possibilita igualmente identificar áreas ainda não investigadas, ou insuficientemente conhecidas, acerca da realidade das desigualdades económicas e sociais.

A utilização do ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento como fonte de informação privilegiada e oficial para medir a desigualdade e as condições de vida da população em Portugal impõe que equacionemos diversas questões quanto à abrangência deste inquérito para retratar fidedignamente as desigualdades económicas:

Em primeiro lugar, ao restringir o âmbito de inquirição aos indivíduos que residem em alojamentos privados, excluindo portanto a população residente em alojamentos colectivos e a população ‘sem abrigo’, deixa de fora uma parcela da população que, independentemente do seu peso numérico, é particularmente relevante em termos de desigualdade e, sobretudo, de pobreza. Não sendo previsível nem fácil a sua inclusão nos inquéritos nacionais, a especificidade da situação destas famílias e indivíduos deveria suscitar inquéritos direccionados que possibilitassem averiguar das suas condições de vida e complementassem a informação sobre as desigualdades e a pobreza em Portugal.

A segunda questão prende-se com a representatividade regional do ICOR. Portugal é dos poucos países da União Europeia em que não

são divulgados dados regionais acerca das desigualdades e da pobreza. As disparidades espaciais nas condições de vida da população, a especificidade regional de algumas políticas sociais e de certos elementos constitutivos da política fiscal justificariam que a informação estivesse disponível em termos regionais, ao nível NUT2.

A abrangência do rendimento disponível das famílias registado no ICOR constitui outro factor limitativo dos estudos sobre desigualdade e pobreza baseados nesses inquéritos. Até ao presente, o ICOR só muito parcialmente recolhe informação sobre os rendimentos não monetários, e os que recolhe são excluídos na construção dos indicadores de desigualdade e pobreza. Como o próprio INE demonstra através dos resultados do IDEF, a componente não monetária tem um peso não negligenciável nos recursos das famílias portuguesas que, particularmente em situações de crise económica, podem funcionar como uma "almofada" face à escassez de recursos monetários. Independentemente das orientações do Eurostat quanto ao privilegiar os indicadores de desigualdade e de pobreza originados no rendimento monetário Portugal, deveria igualmente divulgar resultados assentes no rendimento total (monetário e em espécie).

O fraco nível de desagregação de algumas componentes do rendimento disponível constitui outro elemento limitativo no estudo das condições de vida das famílias e de avaliação das políticas sociais. Por exemplo, a não discriminação do regime contributivo ou social das pensões de velhice dificulta uma avaliação efectiva do impacto das pensões sociais nos níveis de desigualdade e de pobreza.

Por último, a informação disponibilizada acerca da relação entre os rendimentos brutos e líquidos, e a passagem de uns para outros, é particularmente escassa quer na informação difundida quer nas bases de dados cedidas aos investigadores.

O aprofundamento das potencialidades do ICOR como instrumento privilegiado para aferir das condições de vida das famílias e dos seus níveis de pobreza passa, assim, pelo reforço da sua representatividade, pela melhoria da inquirição de todos os recursos familiares e pela construção de indicadores de desigualdade e pobreza que reflectam a diversidade de recursos das famílias e dos indivíduos.

Ainda que o ICOR constitua a fonte estatística predominante para a avaliação das desigualdades sociais, não pode constituir a única fonte de informação. A articulação entre a desigualdade familiar e a desigualdade salarial desenvolvida neste trabalho é, na nossa opinião, um exemplo claro das vantagens de conjugar diferentes fontes estatísticas e/ou administrativas com relevância para o estudo das desigualdades e das condições de vida da população.

Nesse contexto, a possibilidade de acesso aos microdados anonimizados das receitas fiscais, em particular dos impostos sobre os rendimentos pessoais, ganha uma relevância acrescida⁸. A utilização deste tipo de informação permitiria não somente uma visão acrescida da distribuição do rendimento, da política redistributiva do Estado mas igualmente da relação entre rendimentos e património/riqueza na formação das desigualdades, uma área de investigação até ao presente não desenvolvida em Portugal.

A possibilidade de utilização conjunta de diversas fontes de informação estatística não constitui a única via de aperfeiçoar a informação disponível para os estudos sobre as desigualdades e as condições de vida em Portugal. A ausência de estudos que combinem a informação micro a nível individual com a informação macroeconómica, nomeadamente a veiculada através das Contas Nacionais, constitui também uma lacuna importante nos estudos sobre a desigualdade no nosso país.

A importância da economia paralela e da fuga aos impostos constitui uma outra área com reflexos profundos na distribuição do rendimento sobre o qual muito pouco se conhece. Um estudo recente promovido pela COTEC e pela Universidade Católica do Porto apontava para um peso da economia informal no PIB superior a 20%. Neste estudo, verificamos que somente 75% dos agregados domésticos pagavam impostos sobre o rendimento, o que não significa que todas as unidades fiscais neles incluídos o façam. Além da necessidade de um conhecimento mais aprofundado

⁸ O acesso às bases de dados das receitas fiscais permitiria igualmente colmatar algumas das limitações da utilização dos Quadros Pessoais para o estudo das desigualdades salariais, em particular as resultantes de uma cobertura insuficiente de alguns sectores como os funcionários públicos, o emprego atípico e os trabalhadores independentes.

sobre a economia informal que possibilite entender os sectores onde é exercida, o tipo de rendimentos que proporciona e qual a sua distribuição ao longo da escala de rendimentos formais, é igualmente necessário perceber qual a sua tradução nos inquéritos às famílias realizados pelo INE. A hipótese de uma correspondência directa entre a não declaração ao sistema fiscal e a não declaração ao INE quando inquirido nos inquéritos às famílias carece igualmente de confirmação.

O desenvolvimento das técnicas de medição da desigualdade e das condições de vida das famílias a partir dos recursos monetários ou monetarizados encontra-se hoje suficientemente desenvolvido. Ao longo dos últimos anos, foram propostos pela comunidade científica e pelos organismos estatísticos internacionais diversos indicadores e modelos que permitem uma avaliação rigorosa da desigualdade na distribuição dos rendimentos monetários. Ao mesmo tempo foram desenvolvidos diferentes suportes informáticos de cálculo desses indicadores e de estimação desses modelos que suportam o tratamento de largas quantidades de informação.

Duas áreas relevantes para o estudo das desigualdades merecem, no entanto, desenvolvimentos metodológicos adicionais: a avaliação do impacto dos recursos não monetários nem monetarizados das famílias e o desenvolvimento de indicadores que possibilitem introduzir uma componente longitudinal na avaliação das desigualdades e das condições de vida das famílias.

A dificuldade de contabilizar as transferências do Estado para as famílias veiculadas através de bens públicos ou de transferências em géneros constitui hoje uma séria limitação na avaliação da desigualdade. Dois países, com idêntica distribuição dos rendimentos monetários, podem ter situações substantivamente diferentes em termos de bem-estar e de desigualdade efectiva em função dos recursos que a população recebe do Estado em bens e serviços. O desenvolvimento de indicadores que possibilitem contabilizar ou ter em consideração esses recursos permitiria colmatar uma lacuna importante nos estudos sobre a desigualdade.

A análise dinâmica das desigualdades é outra área promissora e, até ao presente, pouco estudada em Portugal. Também aqui os indicadores e as metodologias existentes carecem de aprofundamento. A existência de uma componente longitudinal do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento poderá, no entanto, revelar-se extremamente útil para a realização de estudos sobre a distribuição do rendimento numa óptica longitudinal.

Título: "Desigualdade em Portugal",
um estudo da FFMS

Coordenador: Carlos Farinha Rodrigues

Revisão: Helder Guégués

Design: Inês Sena

Produção: Guidesign

Impressão: Guide – Artes Gráficas

Dep. Legal: 327 496/11

© Fundação Francisco Manuel dos Santos

Maio 2011


FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Rua Tierno Galvan, Torre 3, 9.º J
1070-274 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 381 84 47
ffms@ffms.pt
www.ffms.pt

